

NOVOS RUMOS

ANO V

Rio de Janeiro, 2.ª a 8 de agosto de 1963

Nº 232

A Política Eleitoral Dos Comunistas

Na 5ª página

Começou a Semana de Protesto: Manifestações de Rua e Greves Contra Carestia e Pelas Reformas

A partir do dia 1, e até o dia 7, em todo o Brasil, o povo estará nas ruas protestando e clamando contra a carestia, exigindo as reformas para já, a adoção de medidas contra o imperialismo, a reforma agrária com reforma da Constituição. Os trabalhadores de todas as categorias exigirão reajustamentos antecipados para enfrentar a onda aumentista que avança no País. Na Guanabara, em São Paulo, no Estado do Rio já estão se realizando manifestações. Outras estão programadas. De lá participaram os trabalhadores, os camponeses, os es-

condições de vida. Na Guanabara, já se verificaram e estão em pleno desenvolvimento grandes manifestações por aumento. Ganharão maior intensidade dentro de algumas semanas, com o início dos estudos para a revisão do salário-mínimo. Movimentos de trabalhadores estão programados, todos eles relacionados com a luta contra a carestia. (Página 2).



Leite, Carne e Pão

Os industriais do leite já lançaram o ultimato: se o Governo não conceder o aumento que exigem para o preço do leite, deixarão a cidade sem o produto. O que querem? Que o povo pague um aumento de 100%. Os panificadores, que se locupletam com a negociata do milho, também estão pressionando. Argumentam com a justa reivindicação dos trabalhadores para assaltar o povo: querem elevar o preço do pão. A carne também está amea-

çada. A entressafra se aproxima, e os trustes que controlam o mercado já estão exigindo o aumento do preço do produto. O Governo assiste o assalto (às vezes até ajuda) e não resiste às pressões. Remonta-se aos criminosos porque teme enfrentar os dois grandes responsáveis pela carestia: o imperialismo e o latifúndio. Concilia com eles às custas do povo. (Reportagem na 4ª página).

Gorilas na Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho na Guanabara decidiu declarar ilegal a greve dos funcionários de três bancos da Guanabara, deflagrada em virtude do não pagamento pelos patrões das gratificações de lei. Não é uma greve política. Pelo contrário, paralisaram o trabalho os bancários para exigir simplesmente o cumprimento de uma cláusula da mesma Justiça.

Por que, então, a sentença do Tribunal? Afirma-se que os patrões já esperavam-na, daí a sua intransigência em cumprir a lei. Há razões para se crer nisto. Ultimamente, a Justiça do Trabalho na Guanabara vem declarando "fora da lei" alguns movimentos legítimos de trabalhadores. Fizera isso com os rodoviários. O mesmo ocorreu com a última greve da Ishikawajima, onde os juizes para decidir contra os trabalhadores fecharam os olhos a um argumento irresponsável: o acordo firmado entre patrões e operários para dirimir conflitos da natureza do que se manifestara naquela grande empresa estrangeira.

A decisão agora adotada confirmou as nossas suspeitas. Este Tribunal não tem isenção para julgar uma decisão com imparcialidade, baseado nas leis e na Constituição. Violou-as mais uma vez, negando brutalmente a uma categoria profissional o direito legítimo da greve assegurado aos trabalhadores para levarem os patrões a atenderem suas justas reivindicações e cumprirem o que estipula a lei. Prestou-se ao papel de servidor dos privilegiados.

Esta atitude deve alertar e prevenir os trabalhadores. Sabe-se que diversas categorias profissionais estão lutando hoje na Guanabara por reivindicações econômicas que lhes são negadas pelos patrões, e que por isso mesmo podem ir à greve. É necessário atuar firmemente e denunciar os gorilas na Justiça do Trabalho para impedir inclusive o agravamento de certas situações que só favorecem aos golpistas e inimigos do povo brasileiro.

Um Jornalista e os Gorilas

Ao publicar, em sua coluna assinada na "Tribuna da Imprensa", dois documentos secretos dirigidos pelo ministro da Guerra aos comandantes de exército, o jornalista Hélio Fernandes afirmou que nada se passava no gabinete do general Jair Dantas Ribeiro sem que ele, o diretor da TI, soubesse no dia seguinte. Baseando-se nesses fatos, o ministro da Guerra determinou a prisão do sr. Hélio Fernandes. Em sua resposta ao Supremo Tribunal Federal, o ministro da Guerra afirmou que a prisão tem por fundamento o Código Penal Militar e se fazia necessária a fim de que fossem identificados os militares que forneciam ao jornalista as informações sigilosas da chefia do Exército.

Diante do caso é clara a posição das forças nacionalistas e democráticas: ao mesmo tempo em que repudiam todo atentado à liberdade de imprensa e exigem a anulação da Lei de Segurança Nacional, de inspiração tipicamente fascista, reclamam que as investigações presididas pelo general Crisanto Figueiredo sejam procedidas com o maior rigor e levadas até o fim. Muito antes do caso agora surgido com a "Tribuna", todos sabiam da existência de um dispositivo gorilista montado em altos escalões das Forças Armadas, em virtude da nefasta política de conciliação adotada pelo Governo com os setores golpistas. É o dispositivo que serve a Lacerda, que investe contra os sargentos, que tenta perverter as tradições de luta nacionalista do Clube Militar. Hélio Fernandes não fez senão mostrar o ponto a que chega o atrevimento desses gorilas.

Os democratas brasileiros não podem admitir, portanto que deixe de resultar do atual inquérito instaurado no Ministério da Guerra o definitivo desmantelamento da rede golpista e ibadeana que, mais que fornecer segredos a Hélio Fernandes, está disposta a cometer os piores crimes contra os interesses nacionais e populares. Desbaratar os gorilas é um imperioso dever de patriotismo.

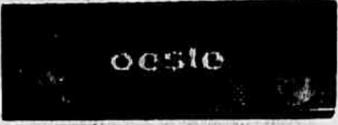
Fala o Nordeste: Reformas já

A reunião do Ministério realizada em Recife, sob a presidência do sr. João Goulart, foi assinalada por uma das maiores manifestações das forças patrióticas e democráticas até agora realizadas no Nordeste. Na capital pernambucana, num gigantesco comício, os trabalhadores e o povo exprimiram, frente ao presidente da República, a sua inflexível decisão de conquistar as reformas de base e a emancipação nacional. O operário José Apolônio Mathias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Pernambuco, falando no comício, fez ver ao sr. João Goulart que o povo exige medidas imediatas para que se efetivem as reformas e se acabe com a espoliação de nosso País pelos imperialistas norte-americanos. "Os trabalhadores de Pernambuco entendem que para a concretização dessas medidas é necessário que não só os ministérios militares, mas também o Ministério da Fazenda, estejam ocupados por nacionalistas comprovados", declarou o representante dos trabalhadores. O sr. João Goulart, em seu discurso, fez mais uma vez afirmações favoráveis às reformas de base. Falou ainda no comício o governador Miguel Arraes, pronunciando um importante discurso, de que damos trechos na 7ª página.

Alinda por motivo da reunião ministerial do Recife — durante a qual foram liberados 20 bilhões de cruzeiros para a execução do segundo Plano da SUDENE — os governadores dos Estados nordestinos tornaram público um pronunciamento, no qual declaram ser inadivável a necessidade da reforma agrária, além de outras reformas de estrutura, e fazem críticas à Aliança para o Progresso. Arraes esclareceu que assinara o documento com restrições, particularmente no que se referia à chamada "ajuda estrangeira", por ele considerada um biombo atrás do qual se oculta uma das modalidades da espoliação lanque contra o nosso País.

Os atos havidos na capital pernambucana deixam perfeitamente claro que as massas populares e as forças progressistas do Nordeste — como as de todo o País — não admitem que as reformas de base sejam proteladas ou camufladas nem que se mantenha o Brasil saqueado pelos trustes norte-americanos e na dependência dos interesses do Departamento de Estado dos EUA. Queremos as reformas agora e para valer, queremos que o Governo adote concretamente medidas contra a espoliação imperialista: eis a mensagem que vem de Recife. (Ao lado, aspecto do comício no Recife).

Semana Começa Com Brasil Mobilizado Pelas Reformas e Contra Carestia



COMÉRCIO NA URSS

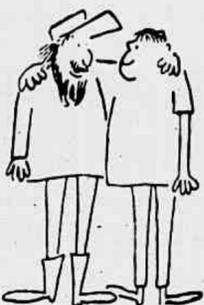
Em 1962, os soviéticos compraram 6.100 milhões de rublos que em 1961, as lojas do Estado e as cooperativas venderam 15% mais móveis, 10% mais motocicletas e 37% mais máquinas de lavar. Na URSS, surgem anualmente mais 20 mil empresas comerciais, entre elas pequenas lojas e gigantescos armazéns, como o "Moskva", inaugurado há pouco no distrito sudoeste da capital. O "Moscou" tem a superfície global de 6.500 metros quadrados. O transporte de mercadorias é inteiramente mecanizado, com 16 elevadores e máquinas empilhadoras, escadas rolantes, ar condicionado, setor de informações através de aparelhos de televisão, bar e oficinas de corte e costura. Dezzenas de milhares de moscovitas visitam diariamente os grandes armazéns "Moskva".

MÁQUINA PARA ADUBAR

Um original pulverizador de adubos foi construído no Instituto de Trigo, perto de General Toshevo (Bulgária). A capacidade de seu recipiente é de 700 a 800 quilos de adubos minerais, granulados ou em pó. Dispensa o nitrato amônico e o superfosfato num ralo de 12 a 15 metros. A quantidade de adubos, que deve ser espargido por hectares, regula-se de modo preciso por um dispositivo existente no fundo do recipiente. A capacidade da máquina é de 50 a 56 hectares em cada 10 horas.

IRMÃOS SE AJUDAM

Há pouco, foi inaugurada uma fábrica de uma fábrica para montagem de aparelhos de rádio em Rancho Boyeros (Cuba), construída pela Polónia. Em São José de las Lajas, uma nova fábrica está sendo montada, também pela Polónia. Trata-se de uma fundição de vidro. O edifício da fábrica foi projetado por arquitetos cubanos e a empresa polonesa de comércio exterior "Cekop" foi encarregada das máquinas e da construção de fornos. Em 1963, a nova fábrica entrará em funcionamento.



A partir de hoje, e durante 7 dias — a atenção de milhares de brasileiros estará ligada à Semana Nacional Contra a Carestia e Pelas Reformas de Base, que será encerrada dia 7, com o Dia Nacional de Protesto. De norte a sul do Brasil centenas de sindicatos, organizações inter-sindicais e estudantis, associações de bairro, de donas-de-casa e de conjuntos residenciais — totalizando centenas de milhares de associados — estão participando da gigantesca parada de protesto. A Semana está aproveitando a melhor atenção de líderes políticos e dos dirigentes sindicais filiados às cinco confederações de trabalhadores. Deixando de lado divergências secundárias, estes passaram a lutar contra o inimigo comum — a carestia — meta estreitamente ligada às reformas de base.

Na Guanabara, centenas de atos públicos em praças e recintos fechados, comícios, palestras e reuniões se estão realizando. De tais encontros participam homens e mulheres das mais diferentes situações sociais, filiação partidária e de todas as categorias profissionais, aos quais se juntaram organizações de jovens, liderados pelas entidades estudantis. A fome e o atraso mobilizam o Brasil na maior manifestação de protesto de toda a sua história!

TOQUE DE REUNIR
Dirigentes das cinco confederações nacionais de trabalhadores foram designados para percorrer diferentes Estados na propaganda da Semana Contra a Carestia e Pelas Reformas. Formando comissões também integradas por parlamentares federais e esta-

«TRENDS DA CARESTIA»
Aproveitando experiência

forneida pelos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, que há muito usam esse recurso, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara decidiu que no dia 7 — Dia Nacional de Protesto — dois trens percorrerão centenas de quilômetros na propaganda da manifestação.

Na Zona Norte e no Centro da Guanabara, onde estão localizados a quase totalidade dos sindicatos de trabalhadores, serão realizadas reuniões preparatórias — concentrações preliminares — ao ato final de encerramento em frente ao Palácio Tiradentes. Parlamentares de todos os partidos, federais e estaduais, dirigentes de todos os sindicatos, confederações e federações de trabalhadores, líderes estudantis da UNE, UBER, UME e AMES, lado a lado com donas-de-casa e delegações de camponeses da zona urbana da cidade, dirão no dia 7 um "não" formal à carestia e exigirão com veemência que as reformas de base se tornem uma realidade.

NA ZONA SUL

Além dos chamamentos através dos alto-falantes, cartazes e volantes, os motoradores de Copacabana, Botafogo, Flamengo, Ipanema, Leblon, etc., participarão do grande ato no Palácio Tiradentes concentrando-se na Praça Serzedo Corrêa. Às 17 horas do dia 7, de onde rumarão para o centro.

Na Zona Norte e no Centro da Guanabara, onde estão localizados a quase totalidade dos sindicatos de trabalhadores, serão realizadas reuniões preparatórias — concentrações preliminares — ao ato final de encerramento em frente ao Palácio Tiradentes.

Parlamentares de todos os partidos, federais e estaduais, dirigentes de todos os sindicatos, confederações e federações de trabalhadores, líderes estudantis da UNE, UBER, UME e AMES, lado a lado com donas-de-casa e

DETERMINISMO GORLA

Fundação da Frente de Mobilização Popular, seção do Parque Proletário da Penha.

Dia 4 — Comício em Praça Miguel (Praça do Trabalhador) convocado pela Frente de Mobilização Popular, com participação dos deputados Eloy Dutra e Hércules Correia, parlamentares nacionalistas, líderes sindicais e estudantes e representantes da Liga Feminina.

19.00 — Comício no Jardim do Méier; 19.00 — Comício em Barrocos Filho — linha auxiliar da Central;

10.00 — Visita de parlamentares ao escritório dos deputados populares — Rua Itaú, 233; 18.00 — Morro do Alemão — Comício de protesto contra a carestia.

Dia 5 — Ato no Sindicato dos Trabalhadores em Curtumes, pelas reformas de base e contra a carestia; — Passeata motorizada promovida pelos sindicatos de trabalhadores, para propaganda do Dia Nacional de Protesto.

Dia 6 — Caravanas sindicais de propaganda do Dia Nacional de Protesto.

Dia 7 — 18.30 — Concentração no Palácio Tiradentes; 17.00 — Concentração preparatória na Praça Serzedo Corrêa, Copacabana; 17.00 — Concentração preparatória no Sindicato dos Têxteis (Rua Mariz e Barros); 17.00 — Concentração preparatória em frente à redação do jornal "Ória Marilma", Rua Senador Pompeu;

17.00 — Partida dos Trens do Protesto (Central e Leopoldina).



O novo chanceler do Equador declarou que seguirá uma linha política "de plena solidariedade com os Estados Unidos e as repúblicas latino-americanas para a aplicação de medidas eficientes contra a subversão". Prosseguiu o gorila equatoriano dizendo que não houve golpe no país, "mas uma modificação política ditada pelas circunstâncias". Certa vez, Lacerda disse o mesmo, ao referir-se à prisão de Frondizi e à anulação das eleições do marxismo, ambos defendem um estranho determinismo histórico.

DERROTAS LUSITANAS

Os "observadores" portugueses afirmam que os comunistas são os responsáveis pela revolução nacionalista da Guiné. Esta "observação" foi feita a propósito da difícil situação das tropas lusitanas do Sul da Guiné, onde se multiplicam as emboscadas, armadas pelos guerrilheiros do Partido Africano para a Independência. Algumas zonas já caíram nas mãos dos patriotas, bem como várias ilhas próximas ao litoral. Em várias regiões, os meios de comunicação foram interrompidos pela ação dos movimentos. Amílcar Cabral, o chefe do movimento na Guiné, e Agostinho Neto e Mário de Andrade, da Angola, acusados de comunistas por Lisboa, prometem libertar ambas as "provincias de ultramar".

CAMPEÃO DA LIBERDADE

Chedi Jagan, primeiro-ministro da Guiana Inglesa, acusou os Estados Unidos de intervir abertamente nos assuntos internos do país, através da ajuda financeira à oposição. Denunciou que a atitude do governo norte-americano, financiando com consideráveis somas a agitação política na Guiana, estimulará a oposição na prática de novos atos de terrorismo e violência. Para o campeão da liberdade, é perigosa a luta pela independência da Guiana. Está muito preocupado com os povos "oprimidos".

ESTUDANTES PROTESTAM

Mais de duzentos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas de Madrid reuniram-se para tomar medidas contra as arbitrariedades cometidas contra alguns colegas e para protestar contra a falta de liberdade na Espanha. Um plano de mobilização foi preparado para impedir as saídas que ameaçam alguns estudantes, que realizaram uma manifestação num ato em que eram condecorados vários professores estrangeiros.

TRAIA PARA BRANCOS

Em Savannah, Geórgia (Estados Unidos), duas jovens negras e um jovem branco foram detidos quando tentavam banhar-se numa praia local. A discriminação racial na Geórgia chega a esse ponto: banho de mar é só para brancos. Os conflitos raciais prosseguem em todo o país. Os partidários da integração continuam realizando manifestações e protestos, e são atacados e presos pela polícia. Na última semana, houve centenas de prisões. Assinala-se que os racistas espancam, ferem e matam com total liberdade. Os presos são invariavelmente os partidários da integração.



DELÍCIAS DO CAPITALISMO

Farah Diba, mais feliz que os negros da Geórgia que não podem nem banhar-se nas praias, ganhou uma só para ela. O Xá da Pérsia deu-lhe de presente "um bom número de quilômetros", para agradecer o nascimento de uma princesinha. E Reza Pahlevi acrescentou: "E todo teu, Terás o pomar, o bosque e os jardins aninhados". No local, será construída uma casa de 68 peças. Dizem as notícias, muito a propósito, que Farah Diba gosta muito de passar algumas semanas às margens do Cáspio, "ouvindo o ruído que fazem as refinarias de petróleo".

E ESTÁ NO GOVERNO

Prossegue em Berlim o julgamento do nazista Hans Maria Globke, secretário de Estado do governo de Bonn. É ele acusado de extermínio em massa de judeus e dos propugnadores da "solução definitiva da questão judaica". Dezzenas de testemunhas descreveram as torturas brutais de responsabilidade de Globke. O Tribunal recebe diariamente, da RDA, da Alemanha ocidental e de países estrangeiros novas indicações sobre a amplitude dos crimes de Globke, co-autor das leis raciais nazistas de Nuremberg. Tem ele responsabilidade no assassinato de milhares de cidadãos judeus, não só da Alemanha como de outros países ocupados pelos nazistas.

TÁTICA DO LADRÃO

Os norte-americanos, como já têm sido denunciado, estão realizando experiências com armas bacteriológicas na Coreia do Sul, bem como de gases venenosos. Armas desse tipo foram mesmo utilizadas pelas tropas dos EUA no ataque à Coreia do Norte. Agora, "um cientista cubano" denuncia que o governo de Havana "planeja lançar uma guerra de bactérias contra os Estados Unidos". Como é claro, há técnicos "russo" em locais secretos, preparando a guerra. O ladrão continua a gritar, "pega, ladrão!".

A "Semana" em Niterói: Grande Comício no Dia 6 no Jardim São João

Os trabalhadores fluminenses, através de seu Conselho Sindical e da Federação de Lavradores, divulgaram um manifesto dante todo seu apoio à Semana de Mobilização pelas Reformas e Contra a Carestia.

Declaram os trabalhadores em seu manifesto: "Os operários do Estado do Rio aliam-se a todos os brasileiros interessados na libertação do País e em melhores condições de vida para seus filhos." Ligando os problemas das reformas à situação política nacional, assessoram os operários: "Somente um governo nacionalista e democrático poderá

Programa
Dia 29 — às 13.30 hs —

comício dos operários em carris, no SESI. Nessa ocasião os trabalhadores decidirão não comprar nada no dia 7 e convocarem o povo para o comício do dia 6;

Dia 30 — 20.00 hs. — comício na Rua São Januário; Dia 31 — 10.30 hs. — comício na Manufatura, no Barreto;

Dia 31 — 11.30 hs. — comício na Fábrica de Seda; Dia 31 — 20.00 hs. — comício no Bairro da Engenharia;

Dia 1º — 11.20 hs. — comício na Fábrica Mavelrol; Dia 1º — 20.00 hs. — comício no Bairro do Caramuru;

Dia 2 — 11.20 hs. — comício na Fábrica de Alumínio Chaleira; Dia 2 — 20.00 hs. — comício na Favela da Mavelrol;

Dia 3 — 15.00 hs. — comício na Colônia de Pesca de Juruiba;

Dia 4 — 19.30 hs. — comício na Praça do Barreto; Dia 5 — 11.20 hs. — comício no bairro de Marul Grande e

Dia 5 — 20.00 hs. — comício no Bairro Santa Rosa. As manifestações populares em Niterói culminarão com uma dezena de passeatas que os trabalhadores

250 Mil Trabalhadores em Luta Reivindicam Salários Maiores

Bancários, metalúrgicos, ferroviários, operários navais, portuários, padeiros, rodoviários, encadadores de sal, aeronautas, aviários, etc. — totalizando aproximadamente 250.000 trabalhadores — "largaram" na dianteira dos movimentos por melhores salários, que assinalam o segundo semestre de todos os anos.

Algumas categorias (bancários, padeiros, operários navais, encadadores e ferroviários) já se encontram em plena luta, com greves marcadas para os próximos dias caso os patrões permaneçam intransigentes.

Aeronautas, aviários e radialistas tornaram-se parcialmente vitoriosos, após breve escaramuça legal em que os empresários foram forçados a ceder. Os ferroviários da Leopoldina, categoria levida pela sua combatividade, deliberaram declarar greve nas próximas horas, se o ministro da Viação e o presidente da Rede

RETIFICAÇÃO

Chamamos a atenção de nossos leitores para as duas retificações que faremos a seguir em documentos publicados no suplemento de nossa última edição, dedicados às atuais divergências no movimento comunista mundial.

A primeira refere-se ao artigo de Luis Carlos Prestes. Na última coluna da 2ª página do suplemento, 90.ª linha, onde se lê "forças reacionárias. Os inimigos", leia-se: "forças revolucionárias. Os inimigos". A segunda retificação refere-se à carta do CC do PCG ao CC do PCB. No terceiro item da carta (2.ª página, 3.ª coluna, 71.ª e 72.ª linhas), onde se lê "das forças revolucionárias, da vitória sobre as forças intermediárias e de", leia-se: "das forças revolucionárias, da conquista das forças intermediárias e de".

Ferrovária Federal não atenderem uma série de reivindicações, a maioria delas conquistas consagradas em leis e cujo cumprimento está sendo preterido.

Dos movimentos grevistas em pauta, os mais amplos deverão ser os dos bancários e metalúrgicos e operários navais, pela importância econômica que representam.

Por que tanta movimentação na área dos trabalhadores? A carestia explícita, de forma sumária, a posição tomada por essas categorias profissionais.

BANCÁRIOS

O problema dos bancários tem origem remota, pois começou com a assinatura do último acordo salarial, em setembro do ano passado. A partir de então começaram as provocações patronais. Estes apesar de terem referendado a proposta de

aumento formulada pelos dirigentes do Departamento Nacional do Trabalho, recusaram-se a cumpri-la plenamente, negando a os seus empregados o adicional de 30% a que se obrigaram a pagar a partir de março último.

Foi, portanto, em torno desse aumento de 30%, que os bancários se lançaram à luta. Adotaram a tática das "greve-lutas", paralisando o trabalho nos estabelecimentos reacionários. Esmagados pela unidade dos seus empregados e pela firmeza do Sindicato dos Bancários, os banqueiros foram cedendo paulatinamente, restando somente três estabelecimentos — os bancos Oliveira Roxo, Mercantil de São Paulo e Comércio e Indústria de São Paulo — em posição de intransigência.

mo, se até o dia anterior não foi iniciado o pagamento do aumento de 70%, da revisão salarial, referentes nos meses de junho e julho.

A parede dos portuários afetará o País inteiro. Os operários navais — que, juntamente com ferroviários, portuários e marítimos, constituem o Pacto de Unidade e Ação — desde há muito estão mobilizados, já tendo ocorrido algumas greves de empresas, na defesa de direitos específicos. Agora, porém, estão em campanha ampla e geral, pela conquista de melhores salários, e contra o desemprego, recurso de que estão lançando mão os empregadores a fim de arrancar subvenções governamentais.

METALÚRGICOS

Com diretoria eleita e empossada há menos de um mês, os 70 mil metalúrgicos da Guanabara, empregados em cerca de 3 mil empresas, estão apertando as rédeas em torno do aumento de 70%, proposto, aliás, pelo diretor do DNT, mas que os patrões desaprovaram. Os metalúrgicos reclamam aumento a partir de hoje, dia 1.º de agosto, e exigem que nenhum trabalhador dessa categoria percebamem de 25 mil cruzeiros mensais.

PADEIROS E RODOVIÁRIOS

Os padeiros da Guanabara firmaram posição em torno de um aumento de 50% e em função dessa melhoria poderão ir à greve

AVANÇA O ENSINO

Em 1938, havia na Iugoslávia 9.190 escolas primárias, 1.136 secundárias e 26 superiores; em 1962, havia 14.568, 3.066 e 244, respectivamente. O número de alunos era, em 1938, de 1.470.000 primários, 320.000 secundários e 16.978 superiores; em 1962, os números eram os seguintes: 2.895.694, 569.516 e 158.010, respectivamente. No mesmo período, o número de professores primários passou de 34.683 para 89.611; secundários, de 14.058 para 38.759; e do ensino superior, de 1.204 para 12.475.

CORÉIA CONSTRÓI

O Corpo de Construções Rurais construiu, no ano passado, com mil modernas casas de campo em todas as regiões do país. Essa organização funciona desde 1961, para cumprir a tarefa de construir moradias rurais. O 4.º Congresso do Partido do Trabalho da Coreia fixou em 600.000 o número das casas a serem construídas, no período do Plano Setenal. As casas são construídas com utilização de materiais locais, sempre que possível, e os futuros moradores são sempre consultados. Tudo isso permitiu reduzir o custo e o tempo das construções e tornou possível o que antes parecia um sonho: a construção, em um ano, de cem mil casas de campo.

REDE DA SAÚDE

Em 1938, havia em Bucareste 26 hospitais, com 6.031 leitos. Hoje, há na capital da România, 64 hospitais modernos, com cerca de 21.000 leitos, isto é, 15,2 por mil habitantes. Além disso, há 232 dispensários, que atendem a 5.000 habitantes cada um. Anexos às fábricas de Bucareste, funcionam 8 hospitais, 22 policlínicas e 118 dispensários de empresa. Nas unidades da rede sanitária do Conselho Popular da cidade, foram feitas mais de 5 milhões de consultas e se realizaram mais de 525.000 visitas a domicilio.

SAÚDE INFANTIL

Em 1946, o índice de mortalidade infantil na Tchecoslováquia era de 300 por 100.000. Em 1960, baixou para 62 em 100.000. A não ser por acidentes, que são as causas mais frequentes, esta proporção será ainda mais reduzida no futuro. A tal ponto se reduziu o número de crianças atacadas pela tuberculose — para citar apenas um exemplo — que os sanatórios infantis, por falta de enfermos, estão sendo utilizados para outros fins. Nas escolas, as crianças são submetidas ao controle regular do serviço sanitário escolar, cujas tarefas são, antes de tudo, preventivas.

ENSINO SUPERIOR

Os centros docentes superiores da Lituânia formaram, neste ano, 3.420 jovens especialistas em vários ramos da economia nacional. 950 professores, economistas, juristas e filólogos serão graduados pela Universidade de Vilnius. 690 engenheiros foram diplomados pelo Instituto Politécnico de Kaunas. Saliência-se que em 20 anos de poder capitalista formaram-se na Lituânia apenas 303 engenheiros, entre eles uma só mulher. Agora, um quarto dos graduados são mulheres.

O discurso e os fatos

Ante a massa humana que se concentrou na cidade do Recife e após os discursos de governador Miguel Arraes e de representante dos trabalhadores, o sr. João Goulart confirmou sua decisão de lutar pelas reformas de base. Foi a encíclica e na urgência de que se processam modificações profundas na estrutura social e econômica de nosso País, especialmente a reformulação de velho arcabouço feudal que ainda domina as relações de terra. É uma estrutura — acrescentou — arcaica e superada, que obriga o povo a trabalhar mais e cada vez mais, por menos e cada vez menos. Garantir que tudo tem feito para modificar essa situação. Naturalmente preocupado em afastar qualquer dúvida a respeito, chegou a invocar o testemunho de Deus.

Mas o que tem acontecido na realidade? O certo é que o sr. Goulart, ao reorganizar seu Ministério, cuidou de afastar forças que, dentro do seu próprio partido, o PTB, mais entrelaçadamente se batem pelas reformas de base. Apoiou-se principalmente num círculo com o PSD. E, no caso concreto de uma emenda constitucional que tenha fim à exigência de pagamento prévio de dinheiro das desapropriações de terra, sua atuação de maneira alguma pode ser considerada como luta pela reforma agrária. Longe disso, significa um esforço, no apoio que tem dado às propostas do PSD, de nitida conciliação com os interesses dos latifundiários, de defesa do latifúndio.

Procura, entretanto, o presidente da República lavar as mãos como Pilatos, alegando que já fez e que podia ter feito, isto é, enviou um projeto de reforma agrária ao Parlamento. Estarropada prestação de contas, sem dúvida. Nosso povo conhece muito bem o reacionarismo da maioria da Câmara e do Senado. Mas sabe também que o presidente da República, num governo presidencialista como o nosso, enfieira em suas mãos poderes decisivos. Aliás, mesmo com as limitações do par-

Insolente e charlatão

Mais um discurso do embaixador Lincoln Gordon, mais afrontas à soberania brasileira. Desta vez, o representante lanque falou na Escola Superior de Guerra para um auditorio cuja maioria era constituída de oficiais de nossas Forças Armadas, cuja missão é precisamente a defesa dos interesses nacionais.

Gordon falou com insolência e o cinismo de sempre. Fez a apologia do imperialismo e da "ajuda" norte-americana ao Brasil, tentou ridicularizar as afirmações — feitas inclusive pelo presidente da República — de que um dos principais fatores responsáveis pelas nossas falcatruças cambiais reside no intercâmbio comercial não equivalente com outros países, especialmente os Estados Uni-

Velho IBAD e novo JB

A reviravolta do "Jornal do Brasil" para uma série de posições antinacionais vem se evidenciando cada dia mais claramente. Parece até que, nesse sentido, houve uma inversão de papéis com o "Correio da Manhã". O JB volta aos tempos em que, segundo se sabe, até Carlos Lacerda escrevia os seus editoriais.

Nada, porém, mais significativo desse recuo do que o editorial do domingo último do JB sobre o IBAD e a Comissão Parlamentar que investiga as atividades criminosas desse bando corrupto e corruptor. É um editorial quilométrico e enfadonho em que o JB invoca a sua posição anterior em relação ao IBAD — de denúncia e desmascaramento — para tentar justificar a posição atual, de temor pelos resultados do inquérito parlamentar, pelas verdades que começam a ser conhecidas e que

"Livro empresa" e favela

Chegam a espantar — mesmo tratando-se de quem se trata — o cinismo e a insensibilidade com que o sr. Carlos Lacerda passou a fazer, de público, a exaltação da favela. As favelas representam uma grande conquista da livre iniciativa — afirmou, textualmente, na chamada Conferência Internacional da Família e repetiu, no dia seguinte, em entrevista ao "Jornal do Brasil".

Como se vê, a exaltação é, ao mesmo tempo, da favela e da "livre iniciativa" — a segunda por ter criado a primeira. Todos os brasileiros sabem, entretanto, o que são as favelas, os mocambos ou os alagados. Não precisamos, por isso, dizer o que é a vida — ou a morte lenta, dia após dia de abandono e sofrimento — nos pingues caminhos de lama e nas favelas de barro batido, por onde penetram as doenças e onde,

mentarismo, soube o sr. João Goulart encontrar os meios e modos de debater a restituição da maioria reacionária do poder legislativo, que se viu forçada a aceitar e publicitar antecipadamente. Agora, invocada na plenitude das funções do presidente da República, nada pode fazer... No entanto, a volta ao presidencialismo era evidentemente apresentada como uma condição para que o presidente pudesse realizar os reformas de base.

Este não é, porém, o único aspecto do problema. Existem reformas, bem como medidas em defesa dos interesses populares, que nada têm a ver com Câmara e Senado. Dependem única e exclusivamente do poder executivo, do presidente da República. Por exemplo: a reforma do sistema cambial e a política de comércio exterior. Soluções concretas a respeito foram apresentadas pelos comunistas, tendo em vista conseguir o equilíbrio do balanço de pagamentos, deter o processo de desvalorização do cruzeiro e conter as pressões inflacionárias provenientes do setor externo de nossa economia. Por que motivo o Governo não estabelece o monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil? Por que não suspende temporariamente as remessas de lucros, royalties, juros etc. para o exterior? Por que não segue uma firme política de defesa dos preços externos de nossos produtos primários? Eis aí apenas algumas perguntas. Muitas outras poderiam ser feitas, todas sobre questões que não dependem do Parlamento. Mas o Governo nada faz. Ou, o que é pior, vem seguindo a respeito uma orientação oposta, contrária aos interesses nacionais.

Vemos, assim, que, dependendo do Parlamento ou apenas do presidente da República, as reformas de base só serão conquistadas através da pressão das massas, da luta organizada e enérgica de nosso povo. Expressão dessa luta é a "Semana contra a Carestia e pelas Reformas", iniciada dia 1.

dos, e, por fim, como se estivesse numa terra de bugres insistiu mais uma vez em suas mesquinhas receitas de charlatanismo econômico e ideológico do neocolonialismo. Sem que ninguém lhe pedisse, telma o advogado-mor dos trustes lanques no Brasil em dizer que devemos vender mais carne e mais minério, quando o que desejamos os brasileiros — com a exclusão, é claro, dos Gudin e Roberto Campos — é industrializar o nosso País e, nesse processo, conquistar a emancipação econômica e elevar os padrões de vida do povo.

Até quando o Governo se manterá impassível diante das insolentes intervenções de Lincoln Gordon em nossos assuntos internos?

são um importante fator de esclarecimento do nosso povo.

Qual a razão dos temores do JB? Por que o jornal da condessa revela tanto medo de ser levantado o véu em torno do submundo da chamada "grande imprensa", que vende o seu espaço e a sua opinião em troca dos dólares aujos distribuídos pela embaixada dos EUA — no caso, através de um escroque como Hasselbacher? Medo de que — de que o povo se convença, mediante fatos concretos e irrefutáveis, de que a decadente "liberdade de imprensa" dos grandes jornais significa, na verdade, a sua submissão às fontes estrangeiras de recursos, ao dólar da Promotora e do IBAD?

Ao povo e a todos os brasileiros honestos, não submetidos ao submundo lanque, o que interessa é que a verdade apareça em toda a extensão.

em muitos casos, literalmente, reside a fome. Cada família trabalhadora que mora nas favelas sabe muito bem o que é a vida maravilhosa agora descoberta por Carlos Lacerda.

Al se revela principalmente a insensibilidade.

O cinismo está em que, por trás desse louvor à favela, como fruto da livre iniciativa, está uma manobra que tem em vista não precisamente este, mas outros frutos. Por que não permitir que a "livre iniciativa" frutifique também em outros terrenos? No petróleo, por exemplo "Maravilhas" muito melhores que as favelas resultariam daí para o Brasil. Para isso contariam com as benesses da Standard Oil, o modelo da "livre iniciativa" que tanta atração exerce sobre homens como Lacerda.

Não é tudo isso uma "maravilha"?

Vigilância para impedir negociações de ferro-velho

Com o término da votação do projeto Milton Campos, com sua possível rejeição pelo plenário, tem-se a impressão, nos bastidores da Câmara, de que o problema da reforma agrária entrará num processo de indefiníveis negociações. Comenta-se aqui que o acordo em torno de um projeto de emenda constitucional será tão complicado como as famosas discussões de Pan Mu Jo, que, depois de dois anos de difíceis entendimentos, puseram fim ao conflito coreano.

O acompanhamento dessas discussões nas antecâmaras da Câmara, do Palácio do Planalto e da Grande do Torto torna-se enervante, tão grande é o número de dificuldades, de resistências, de propostas e contrapropostas. Encerram-se, assim, as cúpulas dos partidos políticos e o Governo num círculo complexo que somente será desmanchado com a pressão da opinião pública e do movimento dos camponeses e dos trabalhadores das cidades.

Sendo assim, a atenção da Câmara vai-se deslocando para outros problemas mais atraentes do que essas penosíssimas negociações em torno da emenda constitucional. Temos, como motivo de celeuma, o desenrolar do trabalho de algumas Comissões de Inquérito, como as que investigam a atividade do IBAD e a pretendida compra das subsidiárias da Bond & Share.

Acompanhando de perto esta última, transmito aos leitores de NR algumas in-

formações sobre o que já se apurou através da inquirição de várias pessoas. Ouvindo os ministros que estiveram até agora envolvidos no escândalo, assim como o dito embaixador do Brasil nos Estados Unidos, sr. Roberto Campos, pode-se ter uma idéia da tremenda pressão que o governo americano tem feito para que se efetive a negociação. Embora se note, claramente, que certos grupos privados brasileiros, que dispõem de grande influência nas altas esferas da administração pública, também trabalham tenazmente pela conclusão do negócio, em busca, naturalmente, de gordas comissões (como é o caso do grupo Moreira Salles), o que se sente é a inarredável exigência americana de levar a cabo a falsa nacionalização.

Sentindo essa disposição, o ex-ministro San Tiago Dantas, que, à frente do Itamarati, soube enfrentar as determinações dos lanques em Punta del Este, tornou-se um defensor intransigente da negociação desde que, ao assumir a direção das finanças, colocou-se na postura já tradicional dos ministros da Fazenda, de só pensarem e agir em termos de absoluta necessidade de obter empréstimos dos Estados Unidos. E como os americanos condicionaram o fornecimento de vultuosos créditos diretos, assim como através do Fundo Monetário Internacional, à conclusão da compra das subsidiárias do truste de eletricidade, San Tiago Dantas passou a acionar a máquina governamen-

tal para vencer os que se opunham à negociação. Tal era esse empenho, que nem sequer procurou se resguardar, transferindo também a outros a responsabilidade da transação.

Pode verificar a Comissão de Inquérito que o famoso memorando assinado pelo sr. Roberto Campos, em nome do governo brasileiro, no dia 22 de abril, nos Estados Unidos, nasceu de uma reunião da Comissão Interministerial criada, realizada a 20 de abril na residência do ministro da Guerra, num sábado à tarde. Mas, pelo depoimento do general Krueh, ficou-se sabendo que na citada reunião nada havia sido decidido, nada havia sido dito sobre os termos do memorando, sendo os trabalhos suspensos sem qualquer conclusão sobre as condições da compra.

Ficou, assim, o ex-ministro da Fazenda com toda a responsabilidade da ordem transmitida a Roberto Campos sem o conhecimento do presidente da República e do ministro do Exterior. Graças à campanha popular contra a transação profundamente lesiva aos interesses nacionais, viu-se o Governo obrigado a abandonar, passando abertamente a discordar dessas cláusulas do memorando e decidiu fazer aquilo que sempre foi exigido pelos nacionalistas — tombamento das empresas. É interessante que se diga que em fevereiro do corrente ano, quando pela primeira vez, veio o assunto à baila, numa reunião promovida pelo sr. San Tiago Dantas em seu gabinete com a bancada nacionalista, onde tentou obter nossa concordância com a transação indecorosa, não aceitou o então ministro a opinião que expus em favor do prévio tombamento antes de qualquer outra medida. Alegou que a promoção do tombamento exigiria longo tempo. Veja-se, pois, o resultado: passaram-se seis meses, e é agora obrigado o Governo a determinar o tombamento.

Mas a batalha não está ainda ganha. Muito ao contrário. Não conseguimos ainda tirar do Governo uma palavra final contra a falsa nacionalização. Por outro lado, não se tem a garantia de que o tombamento será feito rigorosamente nos termos da legislação brasileira. Temos, assim, de acompanhar com o maior cuidado essa transação e de multiplicar a pressão popular contra a consumação daquela que bem qualificou o sr. Leonel Brisolia de crimes de lesa-pátria.

A REFORMA AGRÁRIA DO PSD



ENCAMPAÇÃO DE CAPUAVA É EXIGÊNCIA DITADA PELOS INTERESSES NACIONAIS

SÃO PAULO (Da sucursal) — Iniciando os preparativos para a efetiva encampação da "Refinaria e Exploração de Petróleo União", de Capuava, pela Petrobrás, realizou-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André uma assembleia extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Distilação e Refinação de Petróleo de Mauá. Centenas de trabalhadores, inclusive de Capuava, participaram do ato, no curso do qual fizeram uso da palavra também os representantes dos sindicatos de petróleo das refinarias de Duque de Caxias, Guanabara, Maratize, Cubatão, bem como diretores do Conselho Sindical do ABC, todos destacando a urgência daquela necessidade, também profundamente sentida por todo o povo brasileiro.

MONOPOLISTAS ABOCANHAM OS LUCROS

Falando a NOVOS RUMOS sobre o movimento iniciado pelos trabalhadores da Petrobrás, disse o sr. José Mendes de Queiroz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo de Mauá, que a luta somente terminará com a encampação de Capuava, através da desapropriação das ações pertencentes ao grupo Soares Sampaio e sua incorporação ao acervo da Petrobrás.

Capuava pertence ao grupo Soares Sampaio, mas é preciso que se note que, como afirmamos sem contestação o escritor nacionalista Gondin da Fonseca, o próprio grupo Soares Sampaio está ligado a Rockefeller — continuou dizendo o sr. José Mendes de Queiroz. Sua capacidade de refinamento é de 31.000 barris diários, e de seus lucros, que são vultuosos, pequena parcela cabe aos acionistas como dividendos, e aos seus trabalhadores, como salários. A participação nos lucros, conforme seus Estatutos, é de quatro por cento, a critério da diretoria da empresa. Assim, à base de um arranjo bem tramado, fica o grupo monopolista Soares Sampaio com a parte do leão. Atualmente, a administração, mancomunada com firmas empretei-

ras, através de contratos lesivos aos interesses dos acionistas, dos trabalhadores e da própria Petrobrás, superfatura o custo real das obras contratadas, acrescentando assim novos lucros igualmente astronômicos.

BENEFÍCIOS PARA TODOS NÓS

Passando para a Petrobrás — prosseguiu o sr. José Mendes de Queiroz — a refinaria de Capuava sadamente administrada dará a seus acionistas maiores dividendos. Vantagens obteriam também os trabalhadores, que passariam a gozar dos direitos já adquiridos, pelos demais companheiros da empresa estatal, tais como férias de 30 dias, remuneração em dobro: salário-família de dois mil e quinhentos cruzeiros por dependente; participação nos lucros de, no mínimo, dois salários; triênio, equivalente à taxa de dez por cento sobre o aumento salarial pleiteado; mais positividade sindicalista e mais liberdade de atuação nas lutas em defesa dos princípios nacionalistas e democráticos.

UM SALTO A FRENTE

Encampada a refinaria de Capuava — continuou o sr. Mendes de Queiroz — seu volume de refino poderá passar imediatamente a 38.000 barris diários, ao invés dos 31.000 atuais. Logo a seguir, na primeira etapa de ampliação, poderá passar de 38.000 barris diários para 62.000 barris diários, tudo isso no curto prazo de no máximo 18 meses. E mais: concretizada a encampação pela qual lutamos, sabemos ser intenção da Petrobrás aumentar a capacidade de refino, dos já referidos 62.000 barris diários em 18 meses, para 90.000 barris diários num prazo total de três anos.

PLENO CUMPRIMENTO DA LEI 2.004

Daí finalmente o sr. Mendes de Queiroz: — De acordo com os números que já citamos, podemos ver claramente que tanto os acionistas como os trabalhadores e todo o povo brasileiro serão beneficiados em seus interesses imediatos com o crescimento da Petrobrás, atra-

vés da encampação da refinaria de Capuava. Aliás, não temos a menor dúvida de que não será de outra forma, por outro caminho, que poderemos conquistar, nesse setor, a emancipação econômica de nosso País, fazendo com que ocupemos o lugar que merecemos entre as grandes nações do mundo. E precisamos por isso — porque estamos convictos do profundo sentido nacionalista e democrático da nossa luta — que a levaremos, sem desfalcatruças, até a vitória final. Capuava está, assim, a nossa primeira vitória, seguindo-se à sua encampação as de outras refinarias, petroquímicas e empresas de distribuição em grosso de derivados de petróleo, tudo de forma a que se cumpra em toda a sua extensão a lei 2.004 que criou a Petrobrás.

NOVA REUNIÃO

Entretanto, dirigentes sindicais de petróleo realizaram uma outra reunião, esta na cidade de Santos, também para o debate da encampação das refinarias para a Petrobrás e a Lei de Capuava. Na reunião foram considerados, entre outros, os seguintes pontos, em torno dos quais houve unanimidade: a integralização do monopólio estatal do petróleo como elemento básico na luta de emancipação nacional; a existência de refinarias particulares como entrave ao desenvolvimento harmônico e planejado da indústria petrolífera brasileira; a ampliação da refinaria de Capuava (uma vez encampada) viria poupar à Petrobrás a construção de uma outra refinaria na região, com consideráveis vantagens econômicas e sociais para o próprio País; os trabalhadores de Capuava estão coesos e prontos para a luta pela encampação, que deverá ser imediata. Nessas condições, decidiram os dirigentes sindicais presentes (Cubate, Mauá, Guanabara, Duque de Caxias e Canoas) a convocação de assembleias em todas os seus sindicatos no dia 30 de agosto e a elaboração de uma nova reunião, convocada a 22 de setembro, para apreciar e desenvolver os compromissos e as exigências do momento.

lanques perdem terreno na lista dos "100 mais"

Baseando-se em dados da revista norte-americana "Fortune" e de outras publicações da Europa, o economista soviético A. Puchkin publicou na revista "A Economia Mundial e as Relações Internacionais" (Moscou, janeiro de 1963) interessante trabalho sobre a concentração do capital e da produção através de vários índices — volumes de vendas, ativos, lucros e pessoal empregado — e mostra como, no período transcorrido, as 100 maiores corporações norte-americanas só se avantajaram em números absolutos às 100 maiores corporações de outros países capitalistas no que se refere ao volume de vendas. Pois os acréscimos registrados nos ativos, nos lucros e no número de pessoas ocupadas foram sensivelmente maiores nas últimas.

O economista A. Puchkin expõe uma série de fatores que militam no sentido da crescente monopolização nos países capitalistas e, por fim, reproduz a relação dos 100 maiores trustes do mundo capitalista, classificados segundo o volume de vendas apresentado em 1961. Numa de nossas próximas edições oferecemos aos leitores o referido quadro. Apenas, a título de curiosidade, diremos que a nossa maior empresa, a Petrobrás, de que com tanta razão se orgulham os brasileiros, apresentou em 1961 um faturamento de aproximadamente a metade do faturamento da empresa classificada em centésimo lugar na referida relação...

P.S. — Alguns amigos me têm cobrado uma opinião sobre o recente livro de Alberto Passos Guimarães — "Inflação e monopólio no Brasil". Estou lendo-o com atenção e o que posso dizer desde já é que se trata de um trabalho sério, fundamentado em longos estudos, com idéias e teses novas e bem lançadas. Como diz o autor no prefácio, é um livro polémico. Estou certo de que terá que ser discutido.

Mestre-escola em Política

Dalcídio Jurandir

Jocelyn Brasil, meu velho amigo do Pará, corre o País sem descanso, de repente em Goiás, um instante no Rio Grande, voa para o Nordeste, um encontro em Belém, "vendo, tratando e peijando". A primeira vista é um espadado agitado a transpirar pólvora e ira e logo nos sorri com um certo e confiante meninão que nos convida e nos reúne e tudo mobiliza com este dever que dá a sua vida: o de servir com amor constante ao seu povo.

Agora nos deu um livro que val servir muito, uma cartilha de alfabetização política, "O pão, o feijão e as forças ocultas".

Temos ainda alguns milhões de analfabetos políticos, muitos ainda tombos com o jôgo verbal dos impostores, outros à míngua de um depoimento direto, de um guia sem rotéis sobre o custo de vida, a chamada espolição, o câmbio, a inflação, a "ajuda" norte-americana, e isso tudo em inglês e em francês, exemplos, contra a mentira bem remunerada, andamos famintos de tais livros.

Foi um bom serviço, Jocelyn, e sabemos espalhar por toda parte as suas lições, prezado mestre de primeiras letras em política, professor exemplar, na hora de esclarecer, de bravamente analisar e que sabe.

Em requerimento ao ministro Ribeiro de Costa sobre a prisão do sr. Hélio Fernandes, e advogado Moisés Pinto afirmou que o diretor da "Tribuna da Imprensa" está sendo interrogado "sobre fatos quiméricos e inexistentes". O dr. Sobral não acredita na existência de golpistas. Só acredita em almas do outro mundo.

Trabalho relaciona-se com o "strip-tease" e é compreensível que a não se entreguem figuras provetas de nosso mundo ocidental e cristão, como os sr. Sobral Pinto e Prado Kelly. Ambos estão procurando arrancar de todas as coisas o manto diáfano da fantasia, a fim de que possa reaparecer a nudez crua da verdade, aos olhos de toda gente.

O caso relacionado com a prisão do sr. Hélio Fernandes possivelmente encerrará aspectos quiméricos, de mistura com outros, não fantasiosos. Serão por exemplo quiméricas as afirmações do governador Lacerda na segunda e não última inauguração do túnel Otaviano-Laranjeiras? Nessa inauguração, dirigindo-se a pessoas atraídas pela presença do Bato da Onça e de outras instituições estimáveis, e sr. Lacerda proclamou que "era homem". Não ficou nessa revelação. Acrescentou que "não era galinha morta". Prosseguiu na sucessão de informações de enorme interesse biográfico, o governador lançou uma espécie de declaração de guerra preventiva. Advertiu o general Jair Dantas Ribeiro de que não deveria "atrever-se a tocar na Guanabara". O aviso deve ser extensivo às bandeiras de antela do Exército.

Vemos também que o jornal do sr. Hélio Fernandes julgou-se perseguido pelo Ministério do Trabalho. O Ministério cobra à "Tribuna da Imprensa" onze milhões e quetradros, referentes a contribuições da previdência social descontadas em folha e não entregues aos Institutos. Deveremos aceitar a tese do sr. Sobral Pinto de que essa apropriação indébita é quimérica? Ou será uma realidade contábil?

Em todos os momentos da vida da humanidade os fatos são misturados com as fantasias. Compete aos historiadores a relação de um trabalho de paciência, que é o de separar o joio do trigo. Esse

A confusão das realidades e fantasias perturba engros e troianos. Ela envolve o encarregado do rancho do quartel da Polícia do Exército, de onde mandam ao sr. Hélio Fernandes e sua dupla da boia dos oficiais. Hélio protesta, diante de tanta comida. De fato, não se deve confundir apetite real com apetite quimérico. O sr. João Goulart sabe por experiência recente que o apetite de Hélio é apenas quimérico.

Leite, Carne e Pão Aumentam Porque o Governo Tem de Enfrentar o Imperialismo e o Latifúndio

A solução do problema do abastecimento, do ponto de vista econômico-social, só poderá ser encontrada mediante medidas de profundidade, que atinjam o latifúndio e o imperialismo, este através dos trusts que controlam a produção e distribuição dos principais gêneros alimentícios. Abastecer um centro consumidor não é apenas encher de mercadorias, mas fazer, seus armazéns de mercadorias, mas fazer, também, com que essas mercadorias fiquem ao alcance do poder aquisitivo da população. O Governo sabe disso, mas, na sua timidez ante as forças de pressão do imperialismo e dos trusts, permite, como agora, o faz em relação ao leite, à carne e ao pão, que os gêneros essenciais cada vez mais se distanciam do povo, pela alta exagerada de seus preços.

Os organismos governamentais responsáveis pelo abastecimento falham apenas, em abastecer, no sentido limitado de garantir a presença dos gêneros no mercado, exatamente como pretendia o governador do Estado da Guanabara, por ocasião da crise do arroz. O sr. Carlos Lacerda aconselhava a alta imediata dos preços para que a mercadoria fosse imediatamente entregue pelos acampadores, por ele defendidos, porque assim acabariam as filas. Já nessa ocasião, na presidência da COFAP, o sr. Max do Rego Monteiro fazia séria advertência ao governo federal, observando que a solução não estaria apenas em abarrotar os depósitos de gêneros, mas, também, em criar condições para que as classes menos favorecidas pudessem abastecer os seus lares. Todavia, o sr. João Goulart parece que ouviu mais o conselho de Lacerda e está seguindo a tese deste: que se abarrotarem os armazéns

LEITE E DERIVADOS

Os preços do leite in natura e de seus derivados são ditados pelos grandes produtores latifundiários e pelas grandes indústrias de leite em pó (Glória e Nestlé), que são, no Brasil, subsidiárias do truste internacional de laticínios, com base em São Francisco da Califórnia. Até hoje, o Governo não teve coragem de levantar o custo operacional dessas empresas, que exploram os pequenos produtores de leite, adquirendo-lhe o produto a preços inferiores aos tabelados para o consumo in natura.

Discute-se nos organismos governamentais (agora na SUNAB) o problema de produtividade, mas as discussões e estudos morrem sempre nos relatórios dos técnicos, que são engavetados, porque o Governo não quer atingir o latifúndio. O custo do leite é bem maior nas grandes fazendas, de 500, de 1.000, de 2.000 hectares (latifúndios) que tem reduzida produtividade, mas é o que se toma como cálculo para formação do preço, porque assim exigem os latifundiários. No trabalho de pesquisa denominado "Bacia Leiteira da Cidade do Rio de Janeiro", observam os técnicos Rômulo Joviano, Robinson de Vasconcelos Costa, Rogério Albuquerque Maranhão e Otto Frensel que "existe uma tendência a cair a produtividade por hectare de pastagem na medida em que cresce a área por fazenda". Esses técnicos organizaram o seguinte quadro em que demonstram os índices de produtividade anual nas fazendas pequenas (até 50 hectares), médias de 51 a 250 hectares), grandes e muito grandes:

Tamanho	Produtividade Litros/hectare
Pequenas	363
Médias	219
Grandes	181
Muito grandes	155

É, pois, o latifúndio um dos fatores de encarecimento do leite. Senão vejamos o quadro abaixo, também organizado por

Classes de Área	Custo de produção Cr\$/litro
Até 25	2,75
26 a 50	2,59
51 a 100	2,47
101 a 250	2,68
251 a 500	2,72
501 a 1.000	2,78
1.001 a 2.000	3,42
mais de 2.000	3,30

Observa-se que esses custos foram levantados no biênio de 1952-53, mas não se alterou, até hoje, a situação do quadro acima, quanto aos custos mais elevados das grandes fazendas, demais de 500 a mais de 2.000 hectares. Esse trabalho de pesquisa em que nos baseamos foi realizado oficialmente, pe-

aquêles técnicos, sobre custo médio em fazendas de áreas diversas, variando entre 25 hectares e mais de 2.000 hectares.

los referidos técnicos, que integravam a Comissão Nacional de Pecuária de Leitura do Ministério da Agricultura. O Governo, se quisesse orientar-se por organismos técnicos como essa Comissão e tivesse coragem para agir contra o latifúndio e os trusts teria de há muito solucionado o problema de nossa pecuária

leiteira. Mas nada fez e, ainda agora, cuida apenas de solucionar uma questão de superfície, como a do reajustamento puro e simples de preços. O leite encarece porque são os grandes produtores, proprietários de latifúndios, os que exigem preços de acordo com o custo elevado de seu produto. O Curral da Manhã, velho órgão conservador, informava, em sua edição de 30 de julho último, que "o reajustamento do preço do leite vem sendo reivindicado pelos grandes produtores e intermediários."

Dir-se-ia que os preços altos, exigidos pelos grandes produtores, iria beneficiar ainda mais os pequenos e médios produtores, cujas fazendas apresentam maior produtividade e custo mais baixo. Entretanto, não se constituindo em força econômica, porque dispersos e desorganizados, os pequenos e médios produtores são sempre explorados pelas indústrias de leite em pó, que jamais lhes pagam os preços que são fixados nos tabelamentos oficiais. Se o Governo não fosse tímido ante as forças do latifúndio e dos trusts poderia apoiar os produtores pequenos e médios com assistência técnica e creditícia. Ao menos poderia conceder crédito com base na produtividade das fazendas por hectare. Mas isto ofende os latifundiários.

CARNE BOVINA

Também a carne bovina está atingindo a preços inacessíveis para a grande massa da população por causa do Governo ainda não teve coragem de controlar os trusts que dominam nossa pecuária de corte, representantes, no Brasil, pelas empresas frigoríficas da Swift, Armour, Wilson (grupo econômico de Chicago) e Anglo (inglês). Como se sabe, domina a pecuária de corte, podendo ditar os preços do boi e da carne quem dispõe da indústria do frio e de campos de invernada.

O problema de abastecimento e preços da carne bovina estaria solucionado se o Governo nacionalizasse a indústria do frio, criando condições para seu crescimento e amparasse, efetivamente, a nossa pecuária de corte, promovendo o desenvolvimento, não somente do ponto de vista quantitativo, mas, também, qualitativo. Não basta tergado em quantidade e proclamar, como que orgulhosamente, que dispomos de um boi para cada habitante. Se o boi se destina ao corte, importa, antes de tudo, o seu rendimento e o destino do rebanho. Entretanto, nosso gado de corte apresenta, a cada ano, o peso médio de 195 quilos por cabeça e a idade média do novilho, para o abate, é de quatro anos. Se pudéssemos abater o novilho aos dois anos e meio de idade, ou mesmo três anos, o que é normal em qualquer país de pecuária desenvolvida, e

se nosso gado atingisse o peso médio ao menos de trezentos ou trezentos e cinco quilos, por cabeça, teríamos produção de carne para o abastecimento interno e para exportação, com que o Brasil poderia adquirir divisas, ampliando seu mercado externo. Mas isto somente resultaria em benefício dos consumidores e da economia nacional se o Governo nacionalizasse a indústria do frio, do contrário ficaríamos na situação da Argentina, cuja excelente pecuária de corte ficou entregue aos trusts da Swift e da Anglo, os mesmos que exploram nosso País.

No Brasil os senhores do truste da carne entraram com pé de lá, pisando macio como gatinhos experientes e montaram seus grandes frigoríficos em pontos estratégicos, apenas, que alegavam, para exercer a atividade industrial. Começaram a ditar os preços do boi em pé, contra os interesses dos pecuaristas nacionais. Como este começaram a reagir, na região denominada Brasil Central, Swift e Anglo passaram a exercer a atividade de investidores. Reclamaram os investidores nacionais e essas grandes empresas continuaram invertendo gado de corte, a pretexto de oferecer carne a preços acessíveis, no período da entressafra, que vai de agosto a dezembro.

Como os investidores continuassem reclamando, o governo federal, com timidez, ao invés de impedir que os senhores do truste mantivessem invernadas, limitou sua atividade a esse setor, pelo Decreto-Lei n.º 5.121, de 21 de dezembro de 1942, Swift, Armour, Wilson e Anglo não respeitaram os limites e conseguiram que o Governo baixasse novo decreto-lei, o de número 9.883, de 16 de setembro de 1946, permitindo a ampliação das áreas de suas invernadas. A justificativa do Ministério da Agricultura, para expedição desse novo decreto-lei, foi a de que as empresas frigoríficas estrangeiras poderiam colaborar para o abastecimento nos períodos de entressafra, evitando o encarecimento do produto. Por isso, o parágrafo primeiro do artigo primeiro do Decreto-Lei n.º 9.883 dispunha que o gado recriado ou engordado por aquelas empresas nas suas próprias invernadas seria reservado para consumo no período de agosto a dezembro. As empresas poderiam abate-lo, no primeiro semestre, para estoque, de modo a garantir o abastecimento sem alterações de preços no decorrer da entressafra.

Entretanto, sempre que se fala em estocagem de carne, as empresas frigoríficas exigem vultosas somas do Banco do Brasil, como se não estivessem obrigadas por lei a estocar o produto sem qualquer financiamento. O Governo, sempre tímido diante do truste, que passou a impor sua política de preços depois de dominar a pecuária de corte, nada faz, manda estocar, apenas, reduzida quantidade de carne bovina, mediante financiamento, e permite que o gênero cada vez mais encareça.

A própria política de crédito pecuário do Banco do Brasil atende mais aos interesses que são as próprias empresas frigoríficas, que aos criadores, que armam com ónus bem maior para criar o gado nas fazendas. A atividade do investidor consiste, apenas, em adquirir o bezerro e presentear para o corte em campos que se denominam de invernadas. Não obstante, o Banco do Brasil reserva, geralmente, dois terços do crédito para invernagem concedendo, apenas, um terço para os criadores. Alegam as empresas do frio, muitas vezes com apoio das próprias autoridades federais, que não podem comandar os preços porque abatem apenas 20% do gado abatido em todo o País. Entra, assim, nos seus cálculos, apenas o problema do abate puro e simples, ocultando a importância da indústria do frio para o comando do mercado e dos preços. Vejamos, entretanto, o que diz a revista "Desenvolvimento e Conjuntura", na Confederação Nacional da Indústria, em seu número 10, de 1952, que divulga um trabalho técnico intitulado "Problema do Abastecimento de Gêneros Alimentícios":

"A participação dos frigoríficos nos abates, em todo o País, é da ordem de apenas 20%, cabendo o restante a matadouros municipais, charqueadas e outros estabelecimentos. No entanto, são os frigoríficos, praticamente, que controlam o abastecimento de carnes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Quatro firmas, por exemplo, detêm 75% da capacidade frigorífica do Estado de São Paulo, sendo este o grande fator de controle do comércio de carnes. O domínio dos meios de refrigeração, considerando o produto como altamente perecível, é vital na questão e exige a atenção do Estado para o problema."

O Governo conhece esse problema, tem sido suficientemente informado pelos seus técnicos, mas sempre se mostrou amedrontado diante do truste da carne e, por duas vezes, forçou a exoneração de presidentes da COFAP que pretendiam agir em favor dos consumidores. O general Ururay Magalhães foi desautorizado a intervir nas invernadas da Swift, pelo presidente Juscelino Kubitschek, e o sr. Max do Rego Monteiro, que planejara uma série de medidas para evitar o atual encarecimento da carne bovina, foi forçado a deixar a

COFAP porque não encontrou apoio do sr. João Goulart.

Agora, o sr. Benedito Pio da Silva, superintendente da SUNAB, baseado no exemplo daqueles presidentes da COFAP, não quer tabelar os preços do produto porque já foi informado de que não encontraria apoio do presidente da República. Anuncia que promoverá um maior abastecimento de pescado. Todavia, também os preços de pescados sobram exageradamente nos últimos anos, de modo que os consumidores não poderão adquirir em quantidades suficientes para suas necessidades. Verifica-se no relatório encaminhado à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), pelo administrador do Entrepósito de Pesca da Praça XV, que a venda de peixe no Estado da Guanabara vem diminuindo sensivelmente, em virtude dos altos preços cobrados aos consumidores. Em 1944, o consumo era de 11 quilos "per capita", índice que baixou para 7 quilos e 130 gramas, em 1950, para 6 quilos e 280 gramas em 1960 e para 5 quilos e 390 gramas no ano passado.

O pão está ficando distante da mesa dos assalariados, pelo seu encarecimento que poderia ter sido evitado se o governo brasileiro não desestimulasse a produção nacional de trigo. O Brasil

chegou a produzir um milhão de toneladas de trigo. Atualmente, não produz nem cem mil toneladas. Essa redução, aliás, foi prevista, quando o Brasil resolveu adquirir os excedentes da produção agrícola norte-americana. Ao tempo do governo Café Filho, quando se discutia a possibilidade de comprarmos esses excedentes, o então presidente da COFAP expunha, eufórico, que nosso País poderia adquirir, para pagar em quarenta anos, a juros de 4%, grandes quantidades de trigo e outras mercadorias, quando foi interrompido por parte do representante da Lavoura naquele órgão. "Mas para comprarmos tudo isso, senhor presidente, teremos de reduzir nossa produção". Era uma advertência que o governo não queria ouvir, pois já se comprometera a firmar acordos para compra de excedentes da lavoura dos Estados Unidos da América.

Mesmo que deixássemos à margem esse problema da produção nacional de trigo, o Governo poderia, se não fosse tímido diante do truste internacional que mantém aqui os moinhos, reduzir o preço da farinha panificável, em Cr\$ 230,00 por saca (50 quilos). Com essa redução seria atenuado o aumento do preço do pão.

Por determinação oficial, os moinhos estão incluindo dez por cento de milho na

farinha panificável, em que se incluem, também, porcentagens reduzidas de soja e mandioca. Os moinhos estão entregando a farinha panificável à razão de Cr\$... 3.300,00 por saca, ou seja, ao preço de Cr\$ 66,00 por quilo. A mistura de milho (10%) representa cinco quilos em cada saca. Como o milho custa Cr\$ 20,00 por quilo, facilmente se verifica que o preço da saca poderia ter baixado para Cr\$ 3.070,00. Ocorre que, mesmo com essa mistura de milho, o preço da farinha panificável não sofreu alteração para menos e já anuncia majoração para o mês de outubro. Desta modo, os moinhos estão adquirindo como sobrelucro Cr\$ 230,00 por saca que fornecem. Admitindo-se um consumo nacional da ordem de cinquenta milhões de sacas no mínimo, os moinhos terão como sobrelucro um total de 11 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, vendendo o milho pelo preço de trigo, na mistura da farinha panificável.

Essa inclusão de milho na farinha foi determinada como providência para consumo da safra daquele cereal, abundante em todas as zonas produtoras. E, com ela, o Governo proporcionou uma fabulosa soma aos moinhos de um truste internacional, porque não consegue vencer sua timidez ante as forças do latifúndio e do imperialismo.

AERONAUTAS E AEROVIÁRIOS CONQUISTAM ABONO PARA ALCANÇAR O CUSTO DE VIDA

Lotando o auditório da ABI, dois mil aviadores e aeronautas, resolveram o impasse salarial com os patrões aceitando a proposta governamental de um abono de 30% até dezembro, quando será celebrado um novo acordo salarial.

ABONO É VITÓRIA

Desde o último acordo realizado entre os sindicatos e as empresas patronais, os aeronautas e aviários tiveram que enfrentar a subida vertiginosa do custo de vida. Nos últimos meses com a carestia voando, mais alto que os aviões, os empregados resolveram pedir um abono de emergência para que pudessem enfrentar a situação até dezembro, quando será firmado o novo acordo.

Iniciados os entendimentos, os sindicatos tiveram de enfrentar a intransigência dos patrões, que não estavam dispostos a abrir uma exceção em suas relações com os empregados, pois nunca haviam concedido um abono aos operários.

Os dirigentes sindicais não mediram esforços para conseguir ampliar as áreas de entendimentos, concen-

trando os pedidos junto ao Ministério da Aeronáutica. Mostraram assim às autoridades que a classe não hesitaria, se fosse necessário, em deflagrar uma greve para conseguir o abono.

Durante a última semana os empresários foram chamados à razão pelas autoridades que se mostraram simpáticas às reivindicações dos empregados. Depois de algumas reuniões no DNT e no Ministério da Aeronáutica, as empresas concordaram com 30% de abono para os aeronautas e aviários que rebaixassem menos de cem mil cruzeiros, decrescendo a ajuda, à medida que o salário se elevasse.

O acordo submetido à assembleia conjunta, concede um aumento que varia de 10 a 30 mil cruzeiros e foi aprovado por unanimidade.

LUTA CONTINUA

Os aviários e aeronautas estão se preparando para a grande batalha do acordo salarial que será discutido em dezembro. Para isso os sindicatos estão realizando estudos no sentido de apurar a alta do custo de vida para os trabalhadores durante o ano que passou.

O presidente do Sindicato dos Aviários afirmou que o aumento a ser pleiteado em dezembro girará em torno dos 80%.

Com o abono garantido, os trabalhadores estão agora acumulando novas forças para mais uma vitória em dezembro.

UNS COOPERAM OUTROS ATRAPALHAM

Em seus contatos constantes com as autoridades, principalmente com o Ministé-

A Coexistência e a Possibilidade de Evolução Não Violenta Para o Socialismo

A posição do movimento comunista mundial em face de questões como a defesa da paz, a coexistência pacífica de regimes antagonistas e a possibilidade de evolução pacífica do capitalismo ao socialismo, eis o tema do artigo de abertura do N.º 6 da revista "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO".

No mesmo número, que se encontra à venda nas principais bancas de jornais e livrarias, uma entrevista do poeta espanhol Marcos Ana, que por sinal dentro em breve visitará o Brasil. Marcos Ana, egresso dos cárceres franquistas, conta episódios da resistência republicana ante o regime fascista de Franco.

Podem ser também destacados nesse número de "PPS" os seguintes trabalhos: "Alianças imperialistas e Contradições imperialistas", de George Matthews, diretor do "Daily Worker"; "Vitória dos comunistas italianos", de Luigi de Michel; prosseguimento do debate sobre o tema "Os comunistas e a democracia"; "Cuba e o Marxismo", de Alcira de la Peña, e carta de Costa Rica sobre a dominação imperialista.

DE PPS — problemas da paz e do socialismo, revista teórica e de informação internacional, você faz uma assinatura anual (cr\$ 1.000,00), e recebe, em casa, juntamente com o folheto La fuerza del comunismo esta en la unidade. Pedidos, valores e correspondência em nome de H. Cordeiro. Rua da Assembleia, 34, salas 204 e 304, Rio/Guanabara.

Por outro lado, os trabalhadores ovacionaram calorosamente o diretor do DNT, dr. Lúcio Guimarães, que conduziu os entendimentos do abono com grande compreensão e imparcialidade.

Por outro lado, os trabalhadores ovacionaram calorosamente o diretor do DNT, dr. Lúcio Guimarães, que conduziu os entendimentos do abono com grande compreensão e imparcialidade.

novos fumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor Orlando Bomfim Júnior
Diretor Executivo Fragmon Carlos Borges
Redator Chefe Luis Gazzaneo
Gerente Guttemberg Cavalcanti

Redação: Av. Rio Branco, 307, 17.º andar, sala 1712 — Telefone 42-7344 —
Gerência: Av. Rio Branco, 237, 9.º andar, sala 908 —
Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS
Redação e Administração: Rua dos Cardeais 131, 2.º andar, sala 204 — Telefone 38-0453

Sucursal de São Paulo
Rua 15 de Novembro, 228, 8.º andar, sala 877 — Telefone 38-0453

Sucursal do Paraná
Rua José Loureiro, 133 — 8.º andar, sala 311 — Curitiba

Assinaturas
Anual Cr\$ 1.000,00
Semestral » 500,00
Trimestral » 250,00

Assinatura Aérea
Anual Cr\$ 2.300,00
Semestral » 1.200,00
Trimestral » 600,00
Número avulso 20,00
Número atrasado » 30,00

TEORIA E PRÁTICA — apolônio de Carvalho

O estudo do marxismo-leninismo

Vários leitores perguntam como iniciar (ou como desenvolver) o estudo do marxismo-leninismo. Uma resposta comum não é fácil: antes de tudo, por nossas próprias limitações no tocante ao conhecimento da doutrina e da bibliografia existente; e, também pelas deficiências dessa bibliografia em nossa língua; pelo alto preço a que a política financeira do governo, ditada pelo FMI, condena os livros entre nós; e, ainda, pelos níveis diferentes de cultura e de exigências dos diferentes leitores que nos escrevem. Vamos tentá-la, assim mesmo.

O estudo do marxismo-leninismo deve levar em conta, antes de tudo, as três ênfases que, como um todo, formam o corpo da doutrina: sua filosofia (o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico); sua Economia Política; e sua aplicação à vida social, isto é, o Socialismo científico: a teoria e a prática da luta de classe do proletariado, visando à conquista do Poder político, sob a direção de seu partido revolucionário, chamado a combinar e a fundir a consciência socialista e a ação das massas organizadas.

Já dispomos, hoje, de um Manual completo, armado com o conjunto da doutrina: Fundamentos do Marxismo-leninismo, iniciativa da Academia de Ciências da URSS, lançada no Brasil pela Editorial Vitória. Sua primeira e segunda partes estão consagradas à concepção filosófica de Marx e Engels sobre a natureza do movimento e a sociedade; explicam o Materialismo moderno, a Dialética materialista, a Teoria materialista do Conhecimento, a Concepção materialista da História. A terceira parte estuda a Economia Política do capitalismo — de sua fase pré-monopolista à etapa final e à crise geral do sistema; a quarta parte dá-nos a teoria e a tática do movimento comunista internacional; a missão histórica da classe operária; o papel do partido marxista-leninista como sua vanguarda consciente, sua forma superior e monolítica de organização, apoiada nas massas populares e voltado para a luta revolucionária pelo Poder; e as condições e caminhos de sua missão emancipadora. Isto é: a política de unidade da classe operária, a aliança operário-campo-

nesa, o movimento de libertação nacional, a luta em defesa da democracia, a luta dos povos pela paz, as diferentes formas de transição à revolução socialista. A parte final apresenta-nos a doutrina do socialismo e do comunismo, com seus traços essenciais, seu desenvolvimento em um sistema mundial de Estados, as condições de transição do socialismo ao comunismo.

Fundamentos do Marxismo-leninismo dá-nos, assim, o conjunto da obra de Marx e Engels, em sua essência, em seu desenvolvimento e em sua atualidade. Arma-nos, em consequência, com a fundamentação científica de nosso programa revolucionário, de nossas tarefas de vanguarda e de nossas perspectivas. Seu preço não é, entretanto, acessível à imensa maioria e isso reduz, em boa medida, sua utilização no domínio básico do estudo individual. A organização de bibliotecas locais — a criação de círculos e centros de estudos, apoiados em bibliotecas coletivas — pode e deve, porém, paliar a essa limitação.

Alguns leitores manifestam o desejo de estudar, em particular, a Economia Política marxista. Embora não tenhamos, ainda hoje, uma edição brasileira de "O Capital", contamos com um excelente material de introdução a esse estudo: o Manual de Economia Política, também de iniciativa da Academia de Ciências da URSS. Ele nos fornece um quadro completo de nossa ciência econômica: seu objeto; os modos de produção pré-capitalistas; o modo de produção capitalista, com suas etapas; e, finalmente, o modo de produção socialista, com seu período de transição, seu plano de transformação da economia e da cultura, suas leis específicas, as condições de transição gradual ao comunismo. A tradução portuguesa pela Editorial Vitória dá-nos esse quadro de conjunto inteiramente atualizado, segundo a última edição soviética.

Resta-nos a bibliografia isolada das duas outras partes integrantes do marxismo-leninismo: a Filosofia — que é a essência e a alma da doutrina em seu conjunto; e o Socialismo científico — que é sua incarnação dinâmica e transformadora na vida e nos destinos da sociedade moderna. É o que veremos da próxima vez.

Seja nosso leitor um engenheiro, operário ou camponês; professor, estudante, pintor, escritor ou artista; dedique-se aos esportes ou ao trabalho social; seja médico, comerciante, industrial ou dona de casa; advogado ou cientista — sempre encontrará nas páginas das revistas soviéticas o que mais lhe interessa.

Lendo estas revistas, ser-lhe-á fácil acompanhar o fabuloso desenvolvimento científico e técnico da URSS; sua vida política, econômica, social e cultural; assim como os mais importantes acontecimentos mundiais. Estas revistas são maravilhosamente ilustradas, impressas em papel de primeira qualidade, compendendo assim com as melhores do mundo. Seus preços são acessíveis:

UNION SOVIETICA — Mensal - Ilustrada	800,00
UNION SOVIETICA — (Inclusive o suplemento EL DEPORTE EN LA URSS)	1.000,00
TEMPOS NUEVOS — Semanário	600,00
LITERATURA SOVIETICA — Mensal - Ilustrada	600,00
LA MUJER SOVIETICA — Mensal - Ilustrada	460,00
CULTURA Y VIDA — Mensal - Ilustrada	460,00
NOVEDADES DE MOSCU — Semanário	560,00
FILMS SOVIETICOS — Mensal - Ilustrada	600,00

Elas aparecem em espanhol, inglês, francês e outras línguas. São enviadas ao assinante por via aérea. Assin-las é fácil: escolha as revistas que deseja assinar, faça seu pedido, juntando cheque bancário, pagável em São Paulo, em nome de:

J. C. AMARAL GUIMARÃES — AGÊNCIA INTERCAMBIO CULTURAL
Rua 15 de Novembro, 226 - 2.º and. - sala 209
SÃO PAULO



A POLÍTICA ELEITORAL DOS COMUNISTAS

A Resolução Política da Convenção Nacional de 1960, em seu item 30, diz: "A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático, capazes de realizá-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas". E mais adiante: "Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado, também, através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais".

Estas indicações da Convenção Nacional de 1960 devem, pois, guiar nossa atuação nos processos eleitorais, nossa análise das eleições e de seus resultados, e, em plano mais amplo, das perspectivas de avanço do processo democrático em nosso País.

Isto significa que as eleições, seus esquemas e alianças, seus programas e sua ação mobilizadora, devem servir ao esquema geral de forças da frente única nacionalista e democrática, à sua estruturação, à propaganda e à realização de seu programa de soluções concretas e viáveis. É evidente que a força e a influência da classe operária e sua vanguarda dependerão, também nas campanhas eleitorais, da sua capacidade de mobilização das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo, que representam as forças fundamentais da frente única em seu plano geral.

Na realidade, "na medida em que declina a influência dos latifundiários, como resultado do desenvolvimento econômico do País e das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional, afirma-se a tendência à democratização do regime político", com reflexos inevitáveis sobre os processos e campanhas eleitorais. As eleições constituem, assim, em escala crescente, um instrumento eficaz e poderoso de mobilização e esclarecimento político das massas de milhões de trabalhadores das cidades e do campo. Elas determinam intensa mobilização da opinião pública, particularmente nos meios urbanos, e através delas o povo tem oportunidade de intervir nas questões políticas, apesar das limitações impostas pelas classes dominantes.

Acresce ainda que o aumento contínuo do contingente eleitoral e o peso específico que nele já representam as massas trabalhadoras dos grandes centros urbanos, acentuam as possibilidades de utilização das eleições como forma de luta das massas populares e de todas as forças nacionalistas e democráticas. O eleitorado brasileiro passou de 7,5 milhões, em 1947, para cerca de 18 milhões, em 1962.

I - As Eleições e a Atuação Dos Comunistas

As eleições no Brasil constituem hoje um fenômeno extremamente contraditório. Por um lado, são um instrumento de luta do povo, por outro, são profundamente antidemocráticas, antes de tudo porque delas não participa a maioria da população, composta de analfabetos, aos quais a Constituição nega o direito de voto, assim como aos soldados e marinheiros. Além disso, contrariando o texto da Constituição Federal, a legislação eleitoral impõe ainda outras restrições, como a legalidade do Partido da classe operária — o Partido Comunista — e a discriminação de cidadãos tornados inelegíveis por motivo de conexão política e filosófica. Os tribunais, movidos pelo reacionarismo ou injunções políticas de seus juizes, cassam mandatos populares, num revoltante atentado à vontade expressa dos eleitores. Há fraudes no processo de apuração e contagem de votos — o "mapismo" — de que se utilizam candidatos reacionários, repudiados nas urnas. A interferência do poder econômico, constituído por grupos financeiros inclusive com recursos de procedência norte-americana, vem-se acentuando cada vez mais e transformando os pleitos eleitorais em verdadeiros espetáculos de suborno e de corrupção. A máquina do Estado é largamente usada pelo Governo e seus funcionários como instrumento eleitoral, pressionando e distorcendo a vontade popular. É também cada vez mais afrontoso o papel reacionário exercido nas eleições pelo alto clero, que chega às raias do terror ideológico.

Cria-se, em consequência, uma situação de profundas restrições à ação dos comunistas, à mobilização e esclarecimento das grandes massas populares ainda afastadas do processo eleitoral. Com isso, fica reduzido o conteúdo eminentemente político das eleições e a área de participação das massas trabalhadoras.

É necessário, pois, que dentro do processo de lutas de massas sejam colocadas permanentemente as reivindicações que levam à democratização das eleições e de todo o processo eleitoral. Fatos como a adoção da Cédula Única, o uso gratuito do rádio e da televisão, o repúdio da opinião pública a medidas reacionárias como a cassação de mandatos, mostram a possibilidade de dar novos passos nesse sentido.

Assim mesmo tempo, é necessário desenvolver maiores esforços no sentido de capitalizar o avanço do movimento das massas e incorporá-las, com suas organizações e reivindicações específicas, a cada campanha eleitoral.

Os comunistas nunca foram infensos às eleições. Delas sempre participaram, inclusive nos primeiros anos de sua existência, quando eram pequenas as possibilidades de eleger seus candidatos. A partir de 1945, no entanto, essa atividade se tornou mais efetiva. Em todo o País, são reconhecidos seu entusiasmo e abnegação, assim como sua capacidade de organizar as campanhas eleitorais. Ao lado de fatores de natureza objetiva, deve-se em grande parte aos comunistas o conteúdo político novo que caracteriza atualmente as eleições em nosso País. Fomos a primeira força política a fazer das eleições uma luta realmente de massas, ferida em torno de problemas diante dos quais se torna obrigatório o pronunciamento dos diferentes grupos e seus líderes. Nisso se revela, uma vez mais, o caráter democrático do Partido Comunista, que não pode conceber a vida política sem a presença e a participação ativa das massas trabalhadoras e populares. Os êxitos alcançados pelas forças nacionalistas e democráticas nos pleitos eleitorais decorrem, em boa parte, da atuação dos comunistas. No entanto, há ainda entre nós muitas graves deficiências no que se refere à atuação nas eleições. A orientação política esquerdista e sectária que adotamos e que está expressa marcadamente no Manifesto de Agosto e no Programa de 1954, levou-nos a definir as eleições como simples farsa, desconhecendo que, apesar de todas as suas limitações, elas representavam um elemento democrático do qual não devíamos, nem tínhamos o direito de abrir mão. É verdade que, contrariando a linha política geral, impelidos pelos acontecimentos da vida real, participávamos de todos os pleitos eleitorais, mas com fins predominantemente agitados e às vezes em choque com as massas trabalhadoras, como em 1950. Esses erros foram condenados pela Convenção Nacional de 1960, mas como ainda não assimilamos, suficientemente, a nova concepção política, que é fruto da experiência coletiva do movimento comunis-

ta em nosso País, analisada à luz das teses novas do XX Congresso do PCUS, subsistem ainda em nossas fileiras muitas das concepções errôneas, principalmente de caráter sectário.

Como no conjunto de nossa atividade, as tendências de direita também se fazem sentir em nosso comportamento face às eleições. Estas se expressam, geralmente, na excessiva confiança nas negociações e alianças de cúpula, sem apoio direto nas bases partidárias e nas organizações de massas; na limitação das plataformas eleitorais aos problemas gerais, de conteúdo nacionalista, com prejuízo das reivindicações democráticas dos trabalhadores e das massas populares; na subestimação do trabalho para incorporar as campanhas eleitorais as massas trabalhadoras, das cidades e do campo, que constituem as forças fundamentais da frente única. Isto traz como consequência o estímulo às ilusões de classe, em torno dos candidatos que apoiamos; o conformismo com a falta de registro eleitoral do Partido; subordinação de nossa propaganda e da apresentação de nossos candidatos à vontade de aliados, sob o pretexto de não estreitar a frente única.

As tendências nocivas revelam-se também no desequilíbrio frequente com que atuamos na frente eleitoral. Às vezes vamos a um recuo total, chegando ao ponto de esconder a vanguarda marxista e os nossos candidatos, a pretexto de não estreitar a frente única. Isto nos tem levado muitas vezes a deixar que a vanguarda se confunda com a frente única e os candidatos comunistas apareçam perante as massas sem características próprias, sem nenhuma diferença de outros que falam, também, uma linguagem de esquerda. Essa descaracterização da vanguarda e de nossos candidatos, sempre que ocorre, influi fortemente para a diminuição dos votos dados aos comunistas.

Devido a essas concepções e tendências errôneas, não temos ainda, a rigor, uma política eleitoral permanente e de conjunto, como elemento de nossa linha geral. Tomamos parte ativa nas campanhas eleitorais, quando elas se avizinham, mas quase nunca participamos, no devido tempo, dos processos eleitorais, o que nos tem levado, frequentemente, a adotar decisões precipitadas, alheias aos interesses da frente única e do movimento revolucionário, a assumir posições de rebouque as outras forças políticas, ou a aceitar os fatos consumados. É comum, ainda, nos deixarmos influenciar pelas opiniões radicais que querem fazer crer que as massas não se interessam pelas eleições e que cada eleição será sempre a última, pois um golpe ou a insurreição impedirá uma eleição prevista. Devido a essas tendências errôneas, não nos preparamos em tempo, política e materialmente, para as eleições, o que nos acarreta inúmeras dificuldades no decorrer das campanhas. Não alistamos novos eleitores, que afluem ao contingente eleitoral numa média de 850.000 por ano. Não alfabetizamos trabalhadores, que votariam em nossos candidatos se não fossem analfabetos. Não instruímos os eleitores sobre a maneira de votar. Em geral, nossos escritórios eleitorais fecham-se no dia seguinte ao das eleições. Não utilizamos suficiente e adequadamente, nas campanhas eleitorais, os camaradas que gozam de prestígio no trabalho de massas, em âmbito nacional, os quais podem dar grande contribuição às campanhas em geral e à eleição dos candidatos comunistas, em particular. Esta falta de preparação contribui também para a baixa votação obtida, em geral, pelos nossos candidatos que ficam em desvantagem em relação a candidatos aliados, que falam a mesma linguagem que nós, sendo às vezes até mais radicais, e dispõem de outros meios. A relativa subestimação das eleições, que ainda existe de nossa parte, é responsável também pela fraqueza da luta desenvolvida, até agora, para a obtenção do registro eleitoral do Partido Comunista e pela revogação do Artigo 58 da Lei Eleitoral.

O mais grave, porém, é que só em poucos Estados e Municípios já conseguimos determinar com clareza quais os partidos e agrupamentos políticos que devem constituir a base das coligações eleitorais permanentes. Em geral, tomando as eleições como simples campanhas políticas circunstanciais e passageiras, desligadas de nossa orientação política permanente, os acordos e alianças são feitos mais ou menos ao acaso, abandonados e rompidos após cada eleição.

II - As Eleições de 1962

As eleições de outubro de 1962 trouxeram muitas e valiosas experiências que nos permitem não só comprovar, uma vez mais, a justeza das indicações da Convenção Nacional de 1960, como examinar mais detidamente nossa atuação nessa importante frente de luta política, formular algumas questões básicas de nossa política eleitoral e abrir amplas perspectivas para toda a vanguarda, para as massas trabalhadoras e populares, e ainda para as forças nacionalistas e democráticas, no sentido da mais justa utilização, em suas lutas, das eleições que se realizarão daqui até 1965.

Em primeiro lugar, cabe assinalar que as eleições de outubro de 1962 se realizaram dentro do quadro da maior pressão das massas sobre o Governo por suas reivindicações, pelas reformas de base e pela formação de um governo nacionalista e democrático.

Elas refletiram, em boa medida, o avanço da consciência nacionalista e democrática das massas. As forças reacionárias lançaram mão de todas as suas armas para influenciar o eleitorado — desde o subúrbano e o anticomunismo, até a demagogia mais desenfreada. Mas, assim mesmo, foram obtidos resultados positivos, de uma maneira geral. Entre estes, podemos assinalar:

Maior aprofundamento da divisão dos campos entre nacionalistas e democratas, de um lado, e agentes do imperialismo norte-americano e defensores do latifúndio, de outro. As eleições facilitaram maior divulgação das palavras de ordem que vinham sendo sustentadas pela classe operária e as forças nacionalistas e democráticas, atingindo mais profundamente as grandes massas de nosso povo. A derrota dos líderes mais notórios da reação e do entreguismo, como Carlos Lacerda e Juraci Magalhães, deve ser registrada como um dos resultados mais significativos das eleições de outubro, da mesma maneira que o fracasso da ALEF — nova versão da Liga Eleitoral Católica — e do anticomunismo como plataforma política. Grande significado tem, também, a eleição de governadores apoiados pelas forças nacionalistas e democráticas, que se fortaleceram tanto na Câmara Federal e no Senado como em diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A eleição de um maior número de elementos de vanguarda para os Paramentos contribuirá para uma maior coesão e para estimular a ação dos blocos parlamentares nacionalistas.

Devemos assinalar também que se verificaram debilidades e foram cometidos erros que tiveram consequências negativas. Isto ocorreu, particularmente, em São Paulo, onde as forças nacionalistas se dividiram e os comunistas ficaram isolados, situação que os levou a decidir-se pelo voto em branco para governador.

Analisemos agora, mais de perto, em suas grandes linhas, os resultados eleitorais, nos principais Estados:

Em Pernambuco, as forças nacionalistas e democráticas alcançaram uma de suas maiores vitórias ao eleger o governador do Estado, sr. Miguel Arraes. Isso foi o resultado, tanto do nível de consciência, já atingido pelas massas populares, quanto da ação consciente da vanguarda comunista. Apoiados na "Frente do Recife", as forças nacionalistas e democráticas conseguiram fazer penetrar no interior, inclusive em setores importantes das massas camponesas, suas palavras de ordem. Conseguiram, também, na situação concreta, ganhar apoio de certos elementos latifundiários para a candidatura Arraes, fazendo com que as forças reacionárias deixassem de obter ali a maioria de votos com que contavam.

Criam-se assim, em Pernambuco, as condições para que o movimento continue a desenvolver-se no sentido da realização de um programa de realizações positivas, mesmo dentro dos quadros atuais. Este fato tem uma significação nacional profunda pela experiência que dá da possibilidade de se obterem vitórias importantes sempre que se unem as forças nacionalistas e democráticas.

Na Guanabara, a aliança eleitoral entre os comunistas, o PTB e o PSP, que desde 1958 vinha constituindo a

base das forças populares, ampliou-se com o apoio de massas não vinculadas a partidos. Graças a isso, alcançou-se significativa vitória sobre as forças da reação, ao elegerem-se o senador Aurélio Viana, o vice-governador Elói Dutra e grande número de deputados estaduais e federais nacionalistas.

No Estado do Rio de Janeiro, o acordo dos comunistas com o sr. Tenório Cavalcanti possibilitou uma ampla e profunda campanha antiliberalista e democrática, que atingiu grandes massas populares. Para o Senado, a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais foram eleitos muitos candidatos nacionalistas. Foi eleito o vice-governador apoiado por esse esquema. O governador eleito, embora não apoiado pelos comunistas, devido a certas contradições locais, pertence entretanto à área nacionalista.

No Amazonas, além do governador, as forças nacionalistas elegeram um senador e três deputados federais.

Em alguns Estados como Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará as forças reacionárias conseguiram eleger seus candidatos a governador. Mas os candidatos nacionalistas obtiveram êxitos relativos nas eleições para os legislativos. Na Bahia e no Ceará, em particular, pela primeira vez surgiram candidatos aos governos estaduais marcadamente nacionalistas.

Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, embora as forças nacionalistas não tenham obtido grandes êxitos eleitorais e tenham mesmo perdido algumas posições, continuam entretanto em condições de poder influir na atividade política e eleitoral.

Como resultado das eleições de 1962, tornou-se possível a formação de blocos parlamentares nacionalistas em várias Assembleias Legislativas, como a da Guanabara, Estado do Rio, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e São Paulo, aqui, apesar da cassação dos mandatos dos deputados comunistas e de alguns nacionalistas.

Na Câmara Federal, em certas questões, a Frente Parlamentar Nacionalista chega a contar até com 180 deputados, como aconteceu na apresentação da chamada Emenda do PDC para a reforma da Constituição. Evidentemente a ação dos deputados nacionalistas, tanto na Câmara Federal, como nas Assembleias Estaduais, só tomará rumos mais firmes na medida em que se intensificarem as ações de massas, mas de qualquer maneira deve ser considerada altamente positiva a ampliação de seu número.

Também deve-se considerar como fato positivo, em ligação com as eleições de 1962, o movimento dos sargentos das forças armadas, que elegeram seus candidatos e saíram para a rua em defesa dos mandatos ameaçados, revelando-se, assim, mais uma força importante da frente única.

Assinala-se ainda, como indicação de certa importância, a queda eleitoral do PSD e da UDN, a favor principalmente do PTB, que aumentou consideravelmente sua representação na Câmara Federal. Notou-se, também, um certo avanço do PDC, que possui uma ala democrática, e um recuo do PSP, que teve sua representação federal diminuída.

Em São Paulo, o fato de não ter sido promovido o lançamento de uma candidatura capaz de aglutinar as forças mais caracterizadamente nacionalistas e democráticas, mesmo que fosse para negociar mais tarde tendo em vista a ampliação da frente única, contribuiu para uma maior fragmentação dos nacionalistas e levou ao isolamento dos comunistas que, afinal, se decidiram pelo voto em branco para governador. É justo assinalar-se, no entanto, que se obteve êxito importante na eleição para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa.

Não obstante o avanço das forças nacionalistas e democráticas, as forças da reação ainda conseguiram predominar, elegendo uma maioria para a Câmara e o Senado Federal e os governadores de Estados importantes como Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Ceará.

III - Por Uma Justa Política Eleitoral

Em consonância com a linha política aprovada pela Convenção Nacional de 1960, levando em conta a realidade política do País e a necessidade de melhor utilização das eleições como meio de luta das forças nacionalistas e democráticas, urge definir uma justa política eleitoral que, aplicada pelo conjunto dos comunistas, constitua elemento de aplicação da linha traçada na Convenção Nacional de 1960 e contribua para incorporar as eleições à nossa atividade política permanente.

Tal política deve partir do princípio de que as eleições constituem um importantíssimo fator de mobilização, educação e esclarecimento de grandes massas, de reforçamento político, ideológico e orgânico de vanguarda marxista e um dos instrumentos para a conquista dos objetivos que nos propomos: a formação de um governo nacionalista e democrático, a luta pelas transformações progressistas, democráticas e revolucionárias da estrutura econômico-social do País. Nossa política eleitoral deve basear-se na política de frente única. Isso significa que nacionalmente e em cada Estado, Município, Distrito, Bairro, local de trabalho, os comunistas que, por princípio, participam ativa e diariamente da luta pelas reivindicações econômicas e políticas do proletariado e das massas populares, devem, em ligação com essa atividade, dar a devida atenção às tarefas eleitorais, estabelecer, consolidar e aprofundar acordos e alianças capazes de isolar os entreguistas e reacionários, ou seus agentes, e derrotá-los em cada eleição. Ao mesmo tempo, devem levantar as reivindicações sentidas pelas grandes massas populares, que sejam capazes de mobilizá-las e incorporá-las efetivamente aos pleitos eleitorais e às demais frentes e formas de luta.

A preocupação e o trabalho político e prático nesse sentido devem ser de toda a vanguarda — desde as bases — e não somente das direções. Essa atividade será tanto mais frutífera quanto maior for a iniciativa de que devem mostrar as organizações e os militantes. Devemos guiar-nos, também, pelo princípio de que os acordos e alianças só serão alcançados em condições favoráveis na medida em que a unidade surgir de um processo de lutas de massa, em que as massas forem efetivamente mobilizadas e ganhas para a luta e se soubermos desempenhar bem o nosso papel de vanguarda.

Os esquemas eleitorais unitários devem ser normalmente consequência e desenvolvimento dos acordos e da unidade de ação das forças da frente única, estabelecidas no curso da atividade política das massas e das organizações partidárias. Quando não existe esse trabalho prévio, as eleições devem constituir um elemento seguro de correção dessa falta de nossa atuação política. Os esquemas eleitorais devem, assim, obedecer a determinados critérios gerais, tais como:

a) Determinar quais as forças políticas que se opõem ao imperialismo norte-americano e ao latifúndio, aos entreguistas e reacionários, que possibilitam nossa maior aproximação com as massas trabalhadoras. A aliança feita, no Estado do Rio de Janeiro, com o sr. Tenório Cavalcanti,

cant, e, na Guanabara, com o sr. Mourão Filho, visava, entre outros, êsses objetivos, que foram alcançados.

b) Estabelecer uma justa relação entre o trabalho com as direções partidárias e com as suas bases e escalões intermediários procurando fazer com que êsses compreendam e aceitem nossas posições e ajudem a vencer as resistências e vacilações das cúpulas. Vale aqui, como exemplo, o que é feito no Estado da Guanabara com relação ao PTB. Nossas relações com seu diretório estadual são relativamente boas, e suas bases e alguns diretórios locais são bastante próximos de nós. Isto possibilita, em certas condições, inclusive tomarmos a iniciativa e obter a aceitação de uma candidatura comum.

Igualmente é necessário, levando em conta que boa parte das massas populares ainda não estão vinculadas às organizações partidárias, desenvolver esforços no sentido de ganhá-las e incorporá-las às campanhas eleitorais, mobilizando-as através de acordos e alianças que possibilitem atingi-las, assim como por meio das mais diversas formas de organização popular que lhes são mais acessíveis, tais como: clubes, associações de bairro, movimento juvenil, feminino, etc.

c) Desenvolver sistematicamente nossas próprias forças, principalmente a classe operária e os camponeses aproveitando inclusive as possibilidades que se criam graças aos acordos e alianças. Como eleição se avizinha, também em número de votos, precisamos ter o nosso próprio eleitorado, que pode ser consideravelmente aumentado através do trabalho sistemático e organizado da conquista de novos eleitores. Precisamos, por outro lado, ter sempre a preocupação de ir projetando os possíveis candidatos a postos eleitorais. A experiência demonstra que, por diversas razões se torna necessário eleger, também, elementos que representem bem a vanguarda comunista nos parlamentos, mas como nem sempre os camaradas mais indicados são bastante conhecidos, surgem dificuldades entre nossas próprias forças para sua eleição, quando não são projetados com bastante antecedência. Isto, entretanto, precisa ser feito de maneira a evitar as manifestações de "carreirismo" e "localismo", que surgem em consequência do baixo nível ideológico. São centenas os casos de indisciplina que se têm manifestado em todas as eleições e contra isso não temos lutado suficientemente. É evidente que se trata no caso da necessidade, menos de medidas administrativas, do que um redobrado esforço para educar os militantes como verdadeiros comunistas.

d) Saber subordinar o particular ao geral e o inferior ao superior, no interesse da frente única e da vanguarda marxista. Foi o que fizeram, por exemplo, nas últimas eleições, os camaradas de Pernambuco, que renunciaram à possibilidade de eleger um deputado federal comunista para, devido a certas circunstâncias, assegurar o registro do candidato a governador do Estado. Este exemplo não deve servir de norma, pois a eleição de candidatos comunistas é uma necessidade imperiosa, até mesmo para o

(Conclui na p. 6)

A POLÍTICA ELEITORAL DOS COMUNISTAS

(Conclusão da 5a. pag.)
 governamento da frente única nos parlamentos, mas, quando necessário, como no caso concreto de Pernambuco, é preciso ter a coragem de fazer concessões desse tipo. Este critério é bastante geral e está sujeito a inúmeras variações, que só a situação dada pode permitir avaliar corretamente. Há situações, principalmente em se tratando de eleições múltiplas e simultâneas, em que, por razões secundárias, nem todos os aliados se enquadram perfeitamente dentro do esquema geral, mas mesmo assim a aliança é positiva. Foi o que sucedeu, por exemplo, no último pleito, em relação ao candidato que apoiávamos à Prefeitura Municipal de Niterói.

e) Devemos levar em conta que as contradições inerentes à frente única, originárias de sua composição de classe, manifestam-se também nas eleições. Existem setores aliados que adotam uma posição negativista em relação às possibilidades de sua utilização. Esta é uma posição profundamente oportunista, porque se nega a aproveitar as imensas possibilidades que se criam com os pleitos eleitorais para ir às massas de milhões, a fim de esclarecê-las e educá-las politicamente; nega-se à conquista de posições efetivas, que têm importância fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário; nega-se, enfim, a reconhecer que as massas vêm nas eleições uma

oportunidade de participar e influir na vida política do país.

Há, por outro lado, dentro da frente única, setores que querem reduzir toda a atividade desta exclusivamente à participação nas eleições e sua atividade ao âmbito estreito dos parlamentos, longe da presença e pressão das massas. Esses setores são sempre inclinados a submeter-se às imposições do inimigo, sob o pretexto de não sair "dos quadros legais", e à discriminação contra os comunistas. Essa atitude, típica de setores burgueses da frente única, expressa não só seus temores e variações diante do inimigo comum, como ainda o receio de que a intervenção das massas e dos comunistas à sua frente, ainda que seja para impor ou restabelecer direitos violados, possa levar o movimento longe demais e colocá-lo fora do seu controle. O fato de as coligações eleitorais serem mais amplas do que a frente única, englobando, às vezes, até forças reacionárias, acentua mais ainda essa tendência.

Os comunistas têm posição realista e consequente. Ao mesmo tempo que utilizam as eleições, porque são uma realidade de massas em nosso País, defendem firmemente seu direito de participar do processo eleitoral; reconhecem que as eleições estão indissolúveis e ligadas às lutas das massas e que sua utilização só terá êxito se for conjugada com estas.

slonem mais suas fileiras e defendam com firmeza as posições já alcançadas, em todos os setores; que não se deixem confundir pelas manobras dos círculos reacionários que tentam colocá-las a rebuque de seus esquemas e candidaturas antipopulares; que tomem a iniciativa e se apresentem diante das massas com plataformas e candidatos capazes de levantar energeticamente as reivindicações do povo, vinculando estreitamente a luta pelas reformas de base à campanha eleitoral e, assim, galvanizar a opinião pública nacional e aprofundar no seio das grandes massas,

das cidades e do campo, a consciência da necessidade de um governo diferente para o País.

As eleições intermediárias, que se realizarão até 1965, deverão ser vistas tanto em função de seus próprios objetivos, como dentro da perspectiva das eleições presidenciais em 1965. Através delas devemos lutar pelo reforçamento e ampliação dos agrupamentos populares, nacionalistas e democráticos, pela conquista de posições efetivas, a fim de que estas possam ampliar e reforçar suas bases para ação imediata e local e para o pleito presidencial de 1965.

V - Nossas Tarefas Eleitorais

- 1) Realizar esforços para obtenção de legendas.
- Entre as tarefas político-eleitorais mais importantes do momento, destacamos: a luta pelo registro do PCB; a luta pela revogação do Artigo 58 da Lei Eleitoral; a luta pela extensão do direito de voto aos analfabetos e aos soldados; a luta pela realização de eleições em Brasília; a luta pela posse dos candidatos eleitos pelos trabalhadores e pelos sargentos; a luta por restrições eficazes à ação do poder econômico e por maiores facilidades para a arrematação e a propagação político-democrática, em igualdade de condições.
- A revolução brasileira marcha pelo caminho que lhe é peculiar, de acordo com a realidade de nosso País e dentro das novas condições internacionais, cada vez mais favoráveis à luta pela libertação dos povos, pela democracia e pelo socialismo. Nosso papel, como vanguarda marxista-leninista dos trabalhadores e do povo, é impulsionar o processo revolucionário ampliando e consolidando a frente única antiliberalista e antifascista e fortalecendo incessantemente a vanguarda comunista. As perspectivas que se apresentam diante de nosso povo são mais promissoras do que em qualquer outro momento. Vivemos a época da passagem do capitalismo para o socialismo, época da derrocada do imperialismo e do triunfo inevitável dos povos. São enormes, por isso mesmo, as nossas responsabilidades. E nós as cumprimos na medida em que nos livramos, em nosso trabalho, dos entraves causados pelas tendências estranhas, de direita e de esquerda, que dificultam a rápida transformação da vanguarda numa força dinâmica e poderosa, vanguarda de ação política dirigente das grandes massas.

O essencial, como assinalamos, é que o conjunto do movimento comunista, das direções às bases, assimilando a linha política traçada pela Convenção Nacional de 1960 e guiando-se efetivamente por ela, compreenda toda a significação de que se reveste hoje o trabalho eleitoral.

As tarefas mais importantes são:

- a) Imediata reestruturação e funcionamento regular da seção eleitoral central e criação de seções ou encarregados correspondentes nos pontos principais dos diversos escalões.
- b) Instalação de escritórios eleitorais nas principais cidades e centros populosos, a fim de promover o alistamento de novos eleitores, transferência de títulos, instruções sobre como votar, etc.
- c) Organizar de maneira permanente os equipamentos necessários a uma boa campanha eleitoral — veículos para transporte, aparelhos de som, tipografia, finanças, etc.
- d) Atualizar nossos métodos de propagação eleitoral, levando em conta a possibilidade legal que hoje existe do uso do rádio e televisão pelos candidatos.
- e) Organizar, onde existirem parlamentares de vanguarda, o serviço de atendimento aos eleitores, assim como o contato permanente dos parlamentares com o povo.
- f) Organizar acessórios técnicos para ajudar o trabalho parlamentar dos representantes comunistas e nacionalistas, tendo em conta a necessidade de assegurar a eficiência de sua atuação nas câmaras.
- g) Planificar de forma ampla e permanente a atividade extraparlamentar dos representantes comunistas: visitas, conferências, festas, prestação de contas, participação nas lutas reivindicatórias, etc.
- h) Dar intensa divulgação, pela imprensa e outros meios, às atividades desempenhadas pelos parlamentares comunistas e nacionalistas.

IV - As Eleições no Próximo Período de 1963 a 1965

O calendário eleitoral marca, de agora até 1965, a realização de numerosas eleições estaduais e municipais, para governadores, prefeitos e vereadores. As mais importantes são as de Minas Gerais e Paraná, para governador do Estado, e as da capital de São Paulo Recife e Porto Alegre, para prefeitos e vereadores. O período deverá ser encerrado com as eleições presidenciais, em outubro de 1965.

Diante da situação política do País e do Governo, podemos prever breve desencadeamento de grandes movimentos de massas, de caráter econômico e político. O encaminhamento do Plano Trienal é no fundo, mais uma tentativa conciliadora do Governo para manter a atual situação sem tocar nos privilégios do imperialismo e do latifúndio. Isto significa, em última análise, fazer concessões aos imperialistas e aos latifundiários e descarregar o peso das dificuldades do País sobre os ombros das massas trabalhadoras. É evidente que isso irá chocar-se com a resis-

tência das massas, determinando o aprofundamento das lutas da classe operária, dos camponeses e do povo em geral contra a carestia, por aumento de salários e, também, pelas reformas de base e pelo governo nacionalista e democrático, que constitui o centro das atividades políticas das massas e da frente única, nos dias atuais.

É possível, no entanto, que o período até 1965 decorra sem alterações substanciais, no que diz respeito ao poder político e que as eleições presidenciais venham a se constituir num elemento de disputa acirrada entre nacionalistas e entreguistas, e que venham encontrar o movimento de massas em tal nível que torne perfeitamente viável a eleição dos candidatos nacionalistas e democráticos para a Presidência e Vice-presidência da República. E, como a eleição tem data marcada e exige preparação antecipada, é preciso que desde já as forças nacionalistas iniciem seus preparativos para as eleições de 1965. É necessário que coe-

«ALIANÇA»: INSTRUMENTO DOS LATIFUNDIÁRIOS PARA «LIQUIDAR» AS LIGAS

João Pessoa (Do correspondente) — O governo do Estado, a Liga dos Proprietários Rurais (Latifundiários) e a Aliança para o Progresso, estão unindo esforços para o lançamento de um projeto intervencionista no problema agrário, ao anunciar estudos conjuntos para colonização de terras nas áreas de maior penetração das Ligas Camponesas.

Querem os "galegos" da Aliança, está visto que com os aplausos do Governo e dos latifundiários, estabelecer um programa de "colonização", que outra coisa não significa senão mais uma manobra utilizando os excedentes alimentares dos Estados Unidos para aniquilar nossas feiras-livres e reduzir a pressão social da produção agrícola limitada pela barreira do latifúndio. O plano fala na criação de núcleos rurais, com empregos polígonos para os líderes do movimento agrário, a fim de amortecer a luta. Uma equipe de "técnicos", com a função de fazer apenas relações públicas junto às massas rurais, será treinada nos Estados Unidos para o embuste, já tendo sido reservada, só para esta

PA: CONFERÊNCIAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

BELEM DO PARÁ (Do correspondente) — Vem obtendo o maior sucesso as conferências realizadas no Sindicato dos Bancários em nossa capital sob o patrocínio da Frente de Mobilização Popular, em aliança com o C.G.T. e a União Acadêmica Paranaense, sobre o tema "Reforma Agrária".

Até o momento foram conferencistas os srs. dr. Roberto Santos, juiz do Trabalho e líder católico, e dr. Itair Silva, delegado regional do I.A.P.I.

As palestras continuarão, devendo falar várias personalidades locais.

João Arlindo

Faleceu, no dia 10 de junho, em Marília, João Arlindo, ferroviário aposentado das funções de chefe de trem, velho militante do movimento comunista daquela cidade.

Foi um denodado combatente revolucionário, nunca deixando de difundir a nossa imprensa e mantendo em dia suas tarefas, mesmo com sacrifícios.

MARCOS ANA EM SÃO PAULO: «NÃO TRAGO MENSAGEM DE ÓDIO; ESPANHÓIS QUEREM APENAS O RESTABELECIMENTO DA DEMOCRACIA»

São Paulo, 30 (Da sucursal) — «Causa-nos admiração ver, depois de 26 anos de cárcere, com tanta energia, tanto entusiasmo para continuar a luta», — expressou um dos presentes.

A resposta de Marcos Ana, veio rápida, firme: «É o milagre das idéias, de fé».

Diante de nós na Livraria Brasileira na tarde do último dia 29, temos o poeta Marcos Ana, declarado combatente antifranquista. A prolongada prisão, as torturas e crimes cometidos no algarabiar, não se tornaram um estorvo. Revela grande otimismo, fala com energia, com enorme vivacidade. Suas palavras têm um único sentido: libertar os presos políticos, restaurar a democracia no solo espanhol vilipendiado por Franco.

Em liberdade, não se acomodou, não procurou o descanso. Partiu pelo mundo, como portador dos presos políticos espanhóis a levar a sua mensagem. Já fez uma grande caminhada: na França, falou na televisão e nos escritórios franceses; na Inglaterra, foi recebido na Câmara dos Comuns, no Congresso do Partido Liberal, na Universidade de Oxford. Levou suas denúncias à Itália, Suíça, Holanda, Finlândia. Na Bélgica foi recebido pela rainha-viúva dos belgas, a rainha Elisabeth. Em Cuba, esteve com Fidel Castro. Permanecerá cerca de 15 dias no Brasil, prosseguindo depois: Argentina, Chile, Uruguai e outros países latino-americanos.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

«Milagre da fé, Marcos Ana, confia na força da solidariedade de toda a humanidade progressista. Confia nos trabalhadores, nos camponeses, na intelectualidade, em todo o povo espanhol. Não tardará muito — está certo — a restauração da democracia em sua pátria».

Para provar que tal é a opinião pública, cita o seu próprio exemplo: condenado a 60 anos de prisão, sentenciado 2 vezes à morte, conseguiu a libertação em

FMP DO PIAUÍ: MANIFESTO PELAS REFORMAS

Teresina (de Ribamar Lopes, correspondente) — A Frente de Mobilização Popular, cujo Comitê do Piauí foi recentemente instalado nesta cidade, vem de lançar ao público piauiense um manifesto em que se diz que a FMP "significa a união de todos os brasileiros (em primeiro lugar os trabalhadores, camponeses, estudantes; os sargentos, cabos, praças e oficiais patriotas; os sacerdotes factos e corajosos, de quaisquer religiões) que já tomaram ou estão tomando consciência do que ocorre neste País, com a grande maioria do povo numa crise de empobrecimento que chega a ser miséria, enquanto uma pequena minoria empanturrada-se graças às imensas injustiças sociais que são cometidas contra o povo. É a união de todos esses patriotas mais esclarecidos e já convencidos de que há uma causa para explicar esse disparate e essa desorganização, havendo, por outro lado, o conhecimento de como se possa sair dessa situação».

«Esta solução — continua o manifesto — é a união dos brasileiros patriotas numa Frente Única, com

uma ação estudada e decidida, para travar a imensa luta pela libertação nacional, que no momento significa a luta pelas Reformas de Base».

«A FMP propõe-se a ensinar ao povo o que são as Reformas e como o povo pode conquistá-las, pois que elas não de ser conquistadas pelo povo, que é a grande vítima da falta dessas providências e que será o grande beneficiário de sua execução».

O manifesto passa a tratar da situação que terá a FMP no Piauí, dizendo que ela "funcionará no meio do povo, assim como se fosse um comício permanente, pondo em descoberto as origens dos problemas e organizando o povo para a batalha de solução, que os melhor informados já sabem qual é. A FMP está, pouco a pouco, espalhando-se pelo Brasil inteiro, formando as forças populares que vão encaminhar as Reformas até às últimas consequências. No Piauí, a sua presença tem o mesmo sentido que terá no Amazonas e no Rio Grande do Sul, porque o sofrimento está no País inteiro e o desejo de melhoria está em toda parte».

O manifesto termina pela convocação de todos os brasileiros para a grande tarefa de libertação nacional, "para nos libertarmos do latifúndio, com a reforma agrária radical; para que nos libertemos do imperialismo; para que fiquemos libertos da miséria, com a execução das Reformas de Base, que começam com a reforma agrária e se estendem pela reforma urbana, a reforma administrativa, a reforma bancária, a reforma universitária, a reforma tributária, para mencionar só estas, sendo que a reforma agrária é a que deve abrir o largo caminho para as outras. Finalmente, em resumo, façamos a revolução brasileira, para cujos objetivos se faz necessário funcione no Brasil um governo nacionalista e democrático».

FUNCIONÁRIOS DO C.E.M. VÃO PARAR

Os funcionários da Campanha de Erradicação da Malária, lotados no Estado do Rio de Janeiro, embora amparados pela Lei 4.069/62,

estão com seus vencimentos atrasados em um ano. A esta altura, suas famílias já passam fome e toda sorte de privações. Por esse motivo, a Associação dos Servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais convocou a classe, que, em movimentada assembleia geral, realizada no dia 27 último, deliberou o seguinte:

- 1 — Um voto de descrédito ao chefe da C.E.M. no Estado do Rio, pelo fato de não haver providenciado os documentos necessários para que a Delegacia Fiscal pudesse efetuar os pagamentos devidos em tempo oportuno;
- 2 — Não sendo efetuados os referidos pagamentos até sábado — dia 3 de agosto — às 14 horas deste mesmo dia será considerada "paralisada" a Campanha de Erradicação da Malária no Estado do Rio, até que sejam efetuados os referidos pagamentos;
- 3 — Exigir das autoridades competentes uma coordenação que venha realmente erradicar a malária em nosso País, já devida desde 31 de dezembro de 1962, conforme o memorial 131 do DASP, de 28 de janeiro de 1963.

PA: FUNDAÇÃO DE SINDICATOS RURAIS

BELEM DO PARÁ (Do correspondente) — Nos últimos dias do mês de junho, os camponeses paranaenses, coerentes com a campanha nacional de criação de sindicatos rurais, levaram a efeito a fundação de três agremiações da classe em diferentes municípios do Estado. O primeiro deles foi no município de São Domingos do Capim, às margens da Rodovia Belém-Brasília, na localidade de IPIXUNA, Km. 108 da mesma; o segundo foi no município de Capanema da Estrada de Ferro de Bragança e o último no município de Ananindeua, próximo de Belém. Participaram da fundação destes, além do grande número de camponeses, os srs. Itair Silva, delegado do I.A.P.I., Gomes Moraes, representante da Carteira de Crédito Móvel do Banco do Brasil; Wilson Carvalho do Banco de Crédito da Amazônia; dep. Benedito Monteiro, líder do P.T.B., na Assembleia Legislativa do Estado; Alcides Leal, secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará; Raimundo da Costa Jinkings, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores, e vários líderes sindicais.

SP: LANÇAMENTO DE LIVROS EM FESTA POPULAR

S. PAULO (Da sucursal) — Centenas de pessoas compareceram à grande festa de cultura popular, dia 21, no Teatro Israelita Brasileiro, para assistir a representações teatrais, números folclóricos e palestras, bem como para prestigiar o lançamento de dois novos livros: O Pão, O Feijão e as Forças Ocultas, de Jocelyn Brasil, e Operários e Camponeses na Revolução Brasileira, de Moisés Vinhas. Ambos os autores estiveram presentes e autografaram grande número de exemplares de seus livros.

Essa festa de cultura foi promovida pelo Centro Po-

Ajuda a NOVOS RUMOS

L. Castelo (Rio-GB)	4.000,00
Antonio Conceição (Mairinque-S.P.)	1.000,00
Bancários da Guanabara (Rio-GB)	20.000,00
Empresa 17 (Rio-GB)	5.000,00
Aleni (Rio-GB)	800,00
Mauo Pimentel (Niterói-RJ)	1.500,00
Bancários (Rio-GB)	10.000,00
Amigos de FCB (Rio-GB)	48.000,00
Amigos de FCB (Rio-GB)	17.000,00
Moradores de Benfica (Rio-GB)	950,00
L. Cavalcanti	108.050,00
Amigos de FCB	1.000,00
	10.000,00

LIVROS SOVIÉTICOS

Sobre economia, política, filosofia, ciência, técnica, educação, história, medicina, direito, manuais de estudo do russo e dicionários, etc. em espanhol, inglês e francês. O mais completo estoque existente no Brasil. Solicite catálogos à: Intercâmbio Cultural — Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º andar - sala 209 - São Paulo

SP: LANÇAMENTO DE LIVROS EM FESTA POPULAR

pular de Cultura da UEE, pela UBE, pelos jornais Terra Livre e NOVOS RUMOS, pela ULTAB e pela F.A.T.A.E.S.P. Compareceu grande número de dirigentes sindicais e estudantes, bem como o deputado federal Marco Antônio Coelho e o deputado estadual (eleito e não empossado) Luis Tenório de Lima.

Também estiveram presentes à festividade representantes dos Centros Populares de Cultura de Santos, Santo André, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Na oportunidade, foi representada a peça "Revolução na América do Sul".

LIVROS MARXISTAS?

Se você deseja adquirir livros marxistas e nacionalistas em português, escreva-nos, sem demora, solicitando catálogos. Temos tudo o que aparece de melhor. Cartas para: Agência Intercâmbio Cultural — Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º - s/209 - São Paulo

JOCELYN LEVA "FEIJO" AO NORDESTE

O escritor Jocelyn Brasil percorrerá diversas cidades do Nordeste, durante este mês de agosto, autografando o seu recente livro O Pão, O Feijão e as Forças Ocultas, editado pela Vitória.

Obedeça ao seguinte roteiro: dia 6, em Recife; dia 7, em João Pessoa; dia 8, Campina Grande; dia 10, Natal; dia 14, em Fortaleza; dia 20, Maceió; e dia 22 em Aracaju.

Importante pronunciamento de Arraes no comício das reformas

Milhares de Pernambucanos Exigiram de Jango Reformas e Fim da Carestia

O povo pernambucano foi para as ruas de Recife, na 2ª-feira passada, exigir a concretização das reformas de base e protestar contra a carestia da vida. Uma verdadeira multidão, composta de operários, estudantes, camponeses, militares e do povo em geral, deixou claro que já se esperava demais pelo atendimento dessas reivindicações, demonstrando sua disposição de lutar perante o presidente João Goulart, que para ali viajou com sua comitiva a fim de assinar atos de liberação de Cr\$ 20 bilhões de verbas federais para a realização do II Plano Diretor da Sudene.

Dizendo que o povo já não mais concorda em ser espectador de sua própria história, o governador Miguel Arraes pronunciou discurso na ocasião, declarando:

— Esse mar de gente, que em sua imensa maioria é feito de camponeses e operários vindos de diferentes áreas nordestinas, não chegou até aqui trazido pela curiosidade gratuita. Ele aqui ocorreu convocado para um encontro histórico, para dizer, com sua presença participativa, que aceita e assume a cota de responsabilidade que lhe cabe, no compromisso que vamos hoje e aqui selar. A demagogia já não teria tido o poder de convencê-lo. E que nesta terra, de vida dura e gente maltratada, muita coisa mudou e algo de novo está acontecendo. Por longos anos, o povo do Nordeste aplaudiu palavras que não se transformaram em ação, teve esperança em promessas que não foram cumpridas. Nem por isso as coisas melhoraram. Moraram as estatísticas da miséria e da vergonha. E mais que as estatísticas, piorou a vida do povo. Nos últimos trinta anos, o país pobre, que nós somos, gastou uma gigantesca fortuna em obras contra as secas, mas as secas continuam a fabricar Fabianos, como se não fossemos também nós, feitos à imagem e semelhança dos que estão transformando desertos em verdes terras de abundância. Pior ainda: como se os milhões de seres humanos, atingidos pelas secas, não tivessem o direito de sobreviver, fôssemos monstros que deveriam necessariamente perecer. Sabem todos que não há exagero no que estou dizendo. A política contra as secas, nos últimos trinta anos, tem sido de nosso errar e não das falhas. A aplicação dessas somas, porém, não é feita segundo os interesses do sertanejo humilde e miserável do pequeno proprietário, do meirinho, cujas mãos criam a riqueza da região; esse tem de enfrentar os asperos caminhos da fuga e tentar sobreviver além, em meio e trabalho que não são os seus e para os quais não está preparado. Para ele, o fenômeno das secas é, hoje, mais grave e mais dramático que há quarenta ou cinquenta anos atrás. Tenho vergonha dessa verdade, mas tenho o dever de proclamá-la. Ela é bem o símbolo de um sistema de privilégios e de discriminações, que há muito já deveria ter sido destruído. A maioria das estruturas e das instituições, em que se cristalizava esse sistema constitui uma mentira histórica que é criminoso continuar sustentando. As instituições e as estruturas — isso é lição elemental — não são nem imutáveis nem eternas. Por isso é que, quando alguém vociferava que tal ou qual comportamento é uma ameaça às instituições, devemos sempre lembrar a esse alguém que muitas de nossas chamadas instituições, por atrasadas e caducas, nem são mais instituições e constituem crime contra a vida de milhões de patriotas nosso. Nos sertões do Nordeste, o Direito — ciência de que muito nos orgulhamos e que tantos e tão ilustres juristas nos têm dado — nos sertões do Nordeste o Direito resulta principalmente, quando não exclusivamente, em discriminação e em violência, organizadas contra os miseráveis e os famintos.

AS TAREFAS

— Já era tempo de assumirmos esse compromisso — afirmou o sr. Arraes. E devemos começar a cumprir desde agora, a fim de não nos atrasarmos ainda mais. Sei — e de que modo sei! — que governar não é fácil nem é cômodo, no Brasil de hoje.

SOBERANIA

— A discriminação e a violência foram — prosseguiu o governador — já não se exercem tão tranquilamente, como outrora.

Mas, é um privilégio, esse de poder, direta e decisivamente, contribuir para a construção da grande nação, que poderemos ser dentro em breve, se tivermos a coragem de aceitar e tentar realizar as duas tarefas que nos desafiaram. Já se tornou lugar comum dizer que a sociedade brasileira está em acelerado processo de mudança; e que esse conjunto complexo de transformações econômicas, políticas e sociais, a que chamamos de Revolução Brasileira, é o projeto da nação livre e independente, em cuja execução se deve empenhar todo e qualquer cidadão acima de possíveis e até necessárias diferenças partidárias ou religiosas. Mas, não basta saber e repetir isso. É necessário estar atento, a fim de que as mudanças não venham a significar regressão, um desenvolvimento puramente econômico, apesar da ilusória aparência de progresso apenas acentuada e agravada as desigualdades existentes entre as regiões, e entre as classes, e entre os homens, tornando ainda mais injusta a distribuição da riqueza e da miséria. É necessário, pois, precisar o sentido, a direção de nossa mudança, e procurar conhecer os obstáculos que a ela se opõem, para removê-los sem demora.

URGÊNCIA NAS REFORMAS

— É necessário, pois — disse ainda — que nos decidamos. É necessário e é urgente. Por mais alto que seja o preço de nossa reforma agrária, já agora custará mais caro, econômica e socialmente, não quer fazer, ou tentar escamotear a com paliativos. Isso é necessário que se lembrem aqueles cuja visão do mundo, extremamente pessoal e deturpada, está limitada à casa, aos bens, às propriedades que possuem. Essa visão do mundo é perigosa especialmente no Nordeste — mundo e abundante a que pertencemos todos os brasileiros, independentemente de nossa vontade, do lugar em que nascemos, da cidade em que residimos. Tenho sentido que o Nordeste, hoje, é uma presença incômoda, mas permanente e viva, em todo o território nacional. E se é verdade que a maioria do povo brasileiro se sente solitário e correspondente pelo destino desta mais antiga região brasileira, também é verdade que uma pequena minoria dela se enriqueceu, como se fossemos os primeiros pobres do anelatório popular. Somos pobres e mais incômodos que o primo pobre. Mas, já vencemos o complexo da miséria e da pobreza, já não queremos ser nem miseráveis nem famintos. Os nordestinos já aprenderam que não são as secas, não são os fatores naturais os responsáveis por sua miséria; daí sua decisão de lutar contra a miséria e o atraso; daí suas lutas, nas cidades e nos campos, contra as estruturas e as instituições que fazem de seu atraso e de sua miséria um círculo vicioso, que é tempo de romper. O modo de romper esse círculo vicioso sem que se desangre o organismo nacional em lutas fratricidas não pode ser outro senão o da reforma agrária. Mas, aquela reforma agrária de que realmente necessitamos e que é todo um programa político, econômico e social, de cujo planejamento e de cuja execução deve o povo organizarmente participar. Sei das dificuldades que se antepõem a esse programa. Posso avaliar as enormes dificuldades que Vossa Excelência, Senhor Presidente da República — a quem o povo brasileiro deve inestimáveis serviços — posso avaliar as enormes dificuldades que Vossa Excelência tem de enfrentar para vencer o acúmulo de erros e desacertos de nossa máquina administrativa, para vencer as resistências políticas e um programa de governo essencialmente democrático e popular que deve ser o nosso em obediência à vontade, reiteradamente manifestada, da maioria do povo brasileiro. Mas, sei, também, que a situação extremamente grave em que se encontra o país exige de todos nós um supremo esforço e uma coragem histórica capazes de vencer essas dificuldades e, pelo menos, encaminhar com acerto a solução daqueles problemas mais angustiantes e por isso mesmo mais urgentes, como é o caso da reforma agrária. Essa reforma já começou a ser feita pelas massas camponesas. Principalmente no Nordeste, e em Pernambuco especialmente. Aqui o povo cansou de esperar. A SUDENE, que surgiu como esperança, ainda não deu o grande passo que dela se espera, no sentido de planejar e programar a reforma agrária da região. Por outro lado, até o dia de hoje o Congresso Nacional, em matéria de reforma agrária, não votou, sequer, a lei que permite a utilização das grandes áreas próximas aos aqüedutos públicos que custam o dinheiro do povo e ao povo deviam mais e melhor servir". E acrescentou:

Suborno e Corrupção

— O Nordeste — disse, em seguida, o sr. Miguel Arraes — conhece bem o que é essa aliança. Aqui é que se instalou toda uma máquina de desinformação, de suborno e de mentira, que procura confundir, separar e dividir, na desesperada tentativa de dificultar a união do povo na luta contra o subdesenvolvimento e o atraso, na luta pela Reforma Agrária. Essa máquina, da qual o IBAD é a peça mais ostensiva, foi derrotada pelo povo pernambucano, em outubro do ano passado. Foi derrotado, apesar das muitas dezenas de milhares de cruzados que aqui deram, tentando subornar candidatos, silenciar a imprensa e comprar votos. E por isso é que ela agora volta com redobrado vigor e com recursos redobrados: seus financiadores querem perturbar a ordem e a tranquilidade, criar um falso clima de insegurança e de intranquilidade, e com isso abrir caminho para aventuras golpistas, que deturpem nosso processo de emancipação política e econômica, graças à supressão das liberdades democráticas. Para uma população rural que, há 18 anos passados, era estimada em 33 milhões de pessoas, havia no Brasil, apenas, 2 milhões, 64 mil e 802 propriedades rurais, perfazendo um total de 232 mil e 211 hectares. Dessas propriedades, porém, cerca de 70 mil são propriedades latifundiárias, de mais de 500 hectares, num total de 144 mil e 251 hectares; o que equivale a dizer que o latifúndio monopoliza mais de 62%

— A esse não-fazer nada se vem juntar a exacerbada de antagonismos seculares. Nossos ricos têm, diariamente a oportunidade de ficar mais ricos, porém, cada nascer de sol traz novo quilíbrio de miséria à vida dos humildes. E quando os humildes decidem juntar suas fraquezas e transformá-las em força, a única resposta imediata e pronta, até aqui pouco tempo, era a violência policial mais desumana; essa mesma violência que friamente assassinou e assassinou líderes camponeses, cujo crime é o de lutar pela organização dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária. É que o latifúndio, detentor de privilégios seculares, tudo tem feito e ainda fará muito, para tentar impedir ou, pelo menos, desvirtuar a reforma agrária que nosso povo reclama, que nosso povo já começou a fazer. Para o latifúndio, todos os recursos e todos os meios são bons e são legítimos, desde que sirvam à manutenção de seus privilégios. Daí seu desespero, aqui em Pernambuco, ao ver que já não pode contar com a polícia para as arbitrariedades e as violências a que está habituado. Daí sua estreita aliança com o imperialismo que assim pode melhor tentar exercer seu domínio econômico e político sobre o país.

— A esse não-fazer nada se vem juntar a exacerbada de antagonismos seculares. Nossos ricos têm, diariamente a oportunidade de ficar mais ricos, porém, cada nascer de sol traz novo quilíbrio de miséria à vida dos humildes. E quando os humildes decidem juntar suas fraquezas e transformá-las em força, a única resposta imediata e pronta, até aqui pouco tempo, era a violência policial mais desumana; essa mesma violência que friamente assassinou e assassinou líderes camponeses, cujo crime é o de lutar pela organização dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária. É que o latifúndio, detentor de privilégios seculares, tudo tem feito e ainda fará muito, para tentar impedir ou, pelo menos, desvirtuar a reforma agrária que nosso povo reclama, que nosso povo já começou a fazer. Para o latifúndio, todos os recursos e todos os meios são bons e são legítimos, desde que sirvam à manutenção de seus privilégios. Daí seu desespero, aqui em Pernambuco, ao ver que já não pode contar com a polícia para as arbitrariedades e as violências a que está habituado. Daí sua estreita aliança com o imperialismo que assim pode melhor tentar exercer seu domínio econômico e político sobre o país.

E Memet?

Uma notícia, no último número deste nosso NOVOS RUMOS, fez-me dizer em voz alta a única expressão que tenho diante da morte: — "Oh, não!" Morreu Nazim Hikmet. Lembro então aquele gigante belo, alto, de cabelos revoltos que conheci em Moscou. Que importava a cabeça branca se diante dele tinha-se a certeza de que era um Homem que aprendera com a vida e a luta a ser Homem? Passou dezessete anos em cadeias. Conseguiu — com muito custo porque o mundo inteiro apelava pela sua liberdade — sair da Turquia, seu país natal, e ir viver na URSS, seu país dos sofrimentos condenados; a morte: os anos de sofrimento haviam liquidado sua saúde, enfraquecido seu coração. Foi curado, mas devia viver em permanente tratamento. Tão bonita a casa de Nazim. Esculturas populares de todos os países, principalmente do Brasil (Jorge Amado encarregava-se de mandar sempre a Nazim coisas da Bahia e do Nordeste), muitos quadros, livros e, em todas as paredes, o retrato de um menino: Memet, filho de Nazim que o governo turco não permitiu sair — ele e sua mãe — da Turquia. Memet pequenino, Memet malorzinho, crescendo, crescendo. Os retratos da senhora Hikmet são de uma mulher bela mas profundamente triste. E o grande poeta confidenciou-me que, para ele, Memet crescia apenas através das fotografias. Contou-me tanta coisa: quando recebia cartas da família guardava pa-

das e não previu, em todos os setores da vida nacional desde a máquina administrativa até a estrutura do poder. A Reforma Agrária não se desina, apenas, a solucionar os problemas do homem do campo. Que faremos, que poderemos fazer com esses brasileiros, se não realizarmos, agora e já, nossa Reforma Agrária?

REFORMA AGRÁRIA

— Por tudo isso — continuou — é que devemos, urgentemente, planejar e executar nossa reforma agrária, cujo processo as massas camponesas já deflagram. O que até agora temos feito é muito pouco, e quase nada, comparado com o muito que ainda é necessário fazer. Em Pernambuco, por exemplo, depois de assumirmos o governo por decisão do povo, já foi possível dar dois pequenos e tímidos passos no sentido de melhorar as condições de vida no campo. E em ambos esses passos, sr. presidente da República, foi decisiva a intervenção de vossa excelência. No primeiro caso, determinando o cumprimento da lei que obriga o pagamento de salário-mínimo aos trabalhadores da zona da Mata, que devem, com a entrada e dentro dos canaviais, ganhar o mesmo salário dos trabalhadores das cidades. No segundo caso determinando ao Banco do Brasil a liberação de crédito aos pequenos agricultores da Zona do Agreste.

— E prosseguiu o chefe do Executivo pernambucano: — Nenhum programa de Reforma Agrária poderá ter eficiência, caso não inclua a correção desse e de outros vícios e erros, não menos importantes. A promulgação de uma simples lei, a adoção de medidas independentes a própria reforma pura e simples da Constituição Federal, nada disso, isoladamente, resultará prático e eficaz, e poderá, até, tornar as coisas piores do que hoje estão. Nossa Reforma Agrária tem de ser um programa político, econômico, técnico e social, cuja execução desentrevale nosso processo de desenvolvimento e, em consequência, acarrete, promova e facilite transformações substanciais, não programa-

Concluiu o governador: — O povo brasileiro está muito consciente de tudo isso. Aqui está o povo de Pernambuco, que durante horas Vossa Excelência viu desfilar e chegar até aqui, para assumir o compromisso de lutar pelas reformas de que tanto necessitamos. Aos que têm medo do povo é necessário lembrar que seu a permanente e ativa participação do povo não haverá reforma alguma, não haverá, nem mesmo, o governo que a nação reclama para acelerar seu processo de emancipação política e econômica.

Nós já conhecemos os que querem transformar em perigosa agitação a ordem e pacífica manifestação do povo para que possam tentar medidas que silenciem e subjuguem o povo. Aos agentes da subversão e da desordem é bom lembrar que uma das atuais características de nosso processo histórico é a impossibilidade de o brasileiro viver subjugado, como foi possível no passado. Qualquer tentativa nesse sentido fracassará, inevitavelmente e sem demora. E os responsáveis por essas tentativas terão de explicá-las ao povo. Nosso povo está, e vai continuar muito, pois ele sabe que essa união é hoje, mais necessária do que nunca. Os trabalhadores têm dado os melhores exemplos de união e de luta. Analfabeto ou alfabetizado, o trabalhador brasileiro é, hoje, nossa sólida consciência de miséria e de fome, e a alma e o corpo de nossa aspiração de liberdade e independência, de soberania e prosperidade. A luta dos trabalhadores brasileiros revigora a força do povo, faz reviver as esperanças nacionalistas e é exemplo de que necessitamos todos, para não perder e solidificar o caminho da união que nos faz invencíveis.

— Esse homem, grande poeta, comunista desde jovem, infatigável lutador, fiel às suas convicções e a seu povo, que jamais escorregou na sua luta, acaba de morrer. O coração dele é tão leveado. Era feliz na URSS se bem que o acomanhasse sempre aquela saudade: da mulher e de Memet.

— Ganho muito dinheiro aqui — disse-me ele. Tenho tudo e não posso mandar um níquel para minha mulher. Até há pouco tempo nem podíamos trocar cartas. Agora minha mulher obteve permissão para escrever-me. Deixei meu filho com três meses de idade; está agora com nove anos. Isso em 1980.

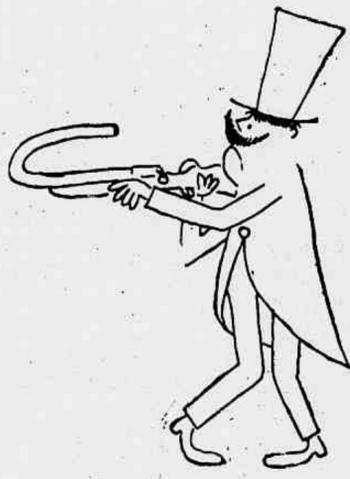
Sua morte deve comover a todos nós. Perdemos um grande companheiro a quem aqui deixo minhas homenagens. E Memet?

PORTUGAL E COLÔNIAS

SEMANA CONTRA PREÇOS ALTOS

O RACISMO NOS EE UU

RE - DE - CUBA



Pelas Reformas Contra a Carestia

O Comando Geral dos Trabalhadores e as confederações nacionais de trabalhadores — representando a classe operária e as grandes massas populares de todo o País — convocaram a **Semana Contra a Carestia e pelas Reformas de Base**, a iniciar-se no dia 1º de agosto. Dia 7, encerrando-se a Semana, haverá o Dia Nacional de Protesto, que será assinalado, em todo o País, por grandes manifestações de luta contra a carestia e pelas reformas de estrutura. Nesse dia não haverá compras. Per que os trabalhadores tiveram a iniciativa desta Semana?

Reformas, Não Mais Promessas

As reformas de base se impõem, assim, como uma necessidade vital e imediata. Delas, essencialmente, depende a solução dos problemas nacionais, a sustação do processo inflacionário, a supressão da voragem da carestia de vida. Todos falam em reformas. Foram elas a bandeira sob a qual o presidente João Goulart realizou a campanha do plebiscito, pela volta ao presidencialismo. Dizia-se que era o sistema parlamentar que impedia a promoção das reformas. As reformas foram também a bandeira sob a qual se elegeu a maioria dos deputados e senadores — mesmo de vários dos que receberam financiamento do IBAD e com ele se comprometeram secretamente.

Por que então não saem as reformas? Não saem porque os interesses ligados à velha estrutura — à espoliação imperialista, ao monopólio da terra, aos privilégios anti-nacionais e anti-sociais — atuam junto aos órgãos do Poder, o Executivo e o Legislativo, e fazem com que eles torpedeem as reformas. O exemplo da reforma agrária, cujo debate oficial se arrasta interminavelmente, entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Congresso, é típico da resistência

às reformas. Só uma força pode quebrar essa resistência: a força do movimento nacionalista e democrático, a força da unidade das correntes antiliberistas, a força das grandes massas do povo, de sua mobilização e sua luta, tendo à frente a classe operária.

Um grupo de medidas relativas à reforma agrária é o que diz respeito à cessação do domínio imperialista — especialmente o norte-americano — sobre a economia nacional e toda a vida do País.

Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

— Denúncia de todos os acordos lesivos aos interesses nacionais, como os que resultam da Aliança para o Progresso, nova forma de opressão imperialista.

— Suspensão temporária das remessas de lucros, «royalties», juros e dívidas — com a decretação da moratória — até que sejam superadas as dificuldades cambiais. Isso significa reter no País algumas centenas de milhões de dólares.

— Instituição do monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil, com

a eliminação completa do chamado «mercado livre» e a fixação das taxas exclusivamente pelo Governo. Isso impediria inclusive as fraudes cambiais, que representam hoje uma sangria para o Brasil de cerca de 300 milhões de dólares por ano.

— Defesa dos preços externos dos produtos primários e intensificação do intercâmbio com os países socialistas.

— Monopólio das exportações de café pelo IBC e redução substancial das subvenções ao setor cafeeiro. Denúncia dos «Acórdos do Trigo» com os Estados Unidos.

— Encampação — e não compra, como se pretende fazer, nos termos do vergonhoso «Memorando Roberto Campos» — das empresas estrangeiras de energia elétrica e telecomunicações, depois de feitos rigorosos investimentos físico-contábeis.

Outras medidas são ainda necessárias, tendo em vista a eliminação completa das atividades do capital monopolista estrangeiro no Brasil — condição para a conquista de nossa emancipação econômica, base indispensável para o progresso independente do País.

Para que se tenha uma idéia do que representa a espoliação imperialista de nosso País, basta acrescentar alguns dados. Por exemplo:

— no decênio de 1952/1961, os déficits de nossas transações externas elevaram-se a 2,5 bilhões de dólares, sendo que 1,3 bilhões resultaram das remessas de lucros, juros e dividendos dos capitais estrangeiros aqui aplicados;

— em 1956 o Brasil exportou 17 milhões de sacas de café e recebeu por isso 1 bilhão de dólares. Em 1960 o Brasil exportou as mesmas 17 milhões de sacas de café e recebeu por isso 700 milhões de dólares;

— se os preços de nossos produtos exportados se tivessem mantido no nível de 1954, o valor das exportações brasileiras não teria diminuído de 1.562 milhões naquele ano para 1.403 milhões de dólares, em 1961, mas sim aumentado — de 1.562 milhões para 2.551 milhões, o que significaria um desenvolvimento mais rápido e tornaria desnecessária a emissão excessiva de papel-moeda, isto é, evitaria a desesperadora carestia de vida que enfrentamos dia a dia.

Carestia Engole Salários

Porque, apesar de todas as promessas feitas pelos homens do Governo, são cada dia mais difíceis e insuportáveis as condições de vida do povo, antes de tudo dos trabalhadores.

Logo em seguida ao plebiscito, ao constituir-se o governo presidencialista, o ministro San Tiago Dantas afirmou, de maneira a mais enfática, com base no Plano Trienal, que o ritmo da inflação e da carestia começaria, realmente, a cair já no primeiro semestre deste ano. Segundo as promessas oficiais, o aumento dos preços não iria além, em 1963, de 25 por cento — a metade do ano passado.

Entretanto, os dados oficiais — dados do SEPT, serviço responsável pelo levantamento do custo de vida para efeito da fixação do salário-mínimo — informam que somente nos primeiros seis meses do ano em curso o custo de vida se elevou em 44 por cento. Quer dizer: as promessas do Governo foram mais um engodo, e o ritmo

da carestia, em lugar de reduzir-se à metade, foi quase duas vezes mais alto no primeiro semestre de 1963.

Saiu o ministro San Tiago Dantas, não se fala mais em Plano Trienal, acabou-se a COFAP, criou-se a SUNAB, o Governo promete novas providências. Será que isso modifica a situação, que os preços começaram a cair, que a carestia atormenta menos as massas?

A vida está mostrando que não. Depois de tudo isso, quantos aumentos de preço já se verificaram? Não é possível saber exatamente, pois, de modo geral, tudo aumenta de preço, semana a semana, dia a dia. Na feira, no mercado, na farmácia, na loja de roupas ou de calçados, no restaurante — onde quer que se vá não se adquire a mesma mercadoria pelo mesmo preço, muitas vezes, na mesma semana.

Não se trata, tampouco, de pequenos aumentos, mas quase sempre de aumentos escandalosos que escorcham impiedosamente a bolsa do povo. São os exemplos do açúcar, da carne, do leite, do pão, dos medicamentos, além de outros. O aumento

do açúcar, de uma só vez, foi de mais de 100 por cento. Passou a ser vendido a 103 cruzeiros o quilo quando, se prevalecesse o mesmo critério adotado para o aumento anterior, o preço poderia ser fixado em 65,20 cruzeiros o quilo. E por que não o foi? Porque o Governo decidiu não tendo em vista os interesses dos consumidores, do povo, mas sim dos grandes usineiros, que só com esse aumento extorquiram 33 bilhões de cruzeiros da população.

O mesmo acontece quanto à carne, ao leite, ao pão. No que se refere ao leite, as empresas distribuidoras estão exigindo um aumento do preço atual — 60 cruzeiros — para mais de 100 cruzeiros o litro. Está provado, entretanto, como demonstrou a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que o preço vigente pode e deve ser mantido, desde que os trustes que industrializam o leite (Nestlé, Vigor, etc) e outros intermediários paguem um reduzidíssimo aumento ao produto comprado aos produtores. Como agir o Governo? A pressão dos grupos exploradores é enorme para que a SUNAB descarregue, também, desta vez, todo o pé-

so sobre as costas do povo. E isso acontecerá — como tem acontecido de outras vezes — se uma poderosa mobilização popular não o impedir.

A carestia aumenta de maneira avassaladora. Os salários e vencimentos são engolidos implacavelmente pela inflação, pela corrida delirante dos preços. Só no primeiro semestre do ano, como já foi dito, os preços se elevaram em 44 por cento. Até onde subirão em dezembro — se medidas efetivas e energias, e não paliativos inócuos e promessas irrealizáveis, não forem levadas à prática?

E por que tais medidas não têm sido aplicadas? Fundamentalmente porque: 1) o Governo decide sempre a favor dos espoliadores; 2) não serão removidas as causas profundas da carestia até que o Poder se oriente no sentido de combater a inflação, segundo os interesses do povo, e promover as reformas de base, que substituam a arcaica estrutura econômico-social que aí está, por uma nova estrutura — dinâmica, progressista, democrática e independente da submissão ao imperialismo.

Reforma Agrária Imediata

Outro conjunto de medidas fundamentais é o das que se referem à necessidade de uma reforma agrária urgente e radical. Por quê?

Porque a estrutura agrária atual do País está baseada no monopólio da terra por uma insignificante minoria de grandes proprietários. É uma estrutura latifundiária, semifeudal. Disso decorrem, entre outras, as seguintes consequências:

— numa população rural de aproximadamente 40 milhões de pessoas, somente 70 mil grandes proprietários (com mais de 500 hectares) monopolizam mais de 62% da área global. Por outro lado, 85 por cento das pessoas que cultivam a terra não são proprietários. Como se vê, a reforma agrária pela qual lutamos, e ao contrário do que assoalham os porta-vozes do latifúndio, não visa extinguir a propriedade da terra, mas sim assegurar a milhões de camponeses o direito à propriedade da terra. A reforma deve acabar com o monopólio da terra e estender a propriedade agrária a milhões de brasileiros sem terra ou com pouca terra;

— não sendo proprietários, milhões de camponeses são obrigados a trabalhar pa-

ra o latifundiário, submetendo-se à mais cruel e desumana exploração. Como resultado, dezenas de milhões de brasileiros, que vivem no campo, estão sujeitos a um padrão de vida dos mais baixos do mundo. Imperam entre eles a miséria, a ignorância, as doenças características do subdesenvolvimento, o embrutecimento e a fome. Segundo os dados oficiais da Comissão Nacional de Política Agrária, são os seguintes os índices nacionais de alimentação rural: grandes proprietários ou fazendeiros: bom — 86,7; pobre — 7,4. Para os trabalhadores rurais assalariados: bom — 4,4; pobre — 93,5. Segundo a mesma Comissão, são os seguintes os índices nacionais de saúde rural: grandes proprietários ou fazendeiros: bom — 87,1; pobre — 6,5. Para os trabalhadores rurais assalariados: bom — 17,8; pobre — 79,4. Não precisamos insistir em dados semelhantes: toda a Nação conhece o que é a vida de tormentos e extrema miséria em que vegetam as massas camponesas no Brasil;

— submetida ao latifúndio (que traz como consequências a ele inerentes a exiguidade das áreas de plantio, o atraso técnico, a diminuta produtividade, a estreiteza

do mercado rural, a ausência de estímulo no trabalho, etc), a agricultura brasileira apresenta padrões infimos de rentabilidade. Resultado direto é a crise crônica do abastecimento de produtos agropecuários à população do País. Apenas cerca de 3 por cento da área territorial do Brasil é ocupada pela agricultura, e essa parte ocupada se dedica principalmente aos produtos de exportação (café, cacau, algodão, etc) e não à lavoura de subsistência. É o latifúndio o responsável pela monstruosidade de haver, num País como o nosso, escassez de feijão, de arroz, de carne bovina, de açúcar, de frutas tropicais. De tal sorte o latifúndio impede a produção agrícola que, sem qualquer exagero, poderia ela ter pelo menos dobrado num curto período, de dois ou três anos, se fosse quebrado o monopólio da terra e, como consequência, estendido o direito de propriedade no campo às grandes massas que nela hoje vegetam, espoliadas pelos latifundiários.

Eis porque os senhores da terra e seus representantes ou advogados no Governo e no Parlamento tudo fazem para impedir a aprovação de uma verdadeira reforma agrária. Eis porque as raposas do PSD insis-

tem, na Câmara, juntamente com as «vestais» da UDN e os banqueiros de bicho do PSP em não admitir qualquer projeto de lei que abra de fato o caminho para a entrega da terra aos que nela trabalham. Eis porque os latifundiários armam os seus capangas e suas polícias particulares para reprimir os camponeses e as suas lutas reivindicatórias.

A fim de conseguir a reforma agrária é necessário que as massas se organizem para a luta pela emenda do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, de modo que a desapropriação das terras dos latifundiários venha a fazer-se com pagamento em títulos da dívida pública, sem reajustamento do seu valor. As massas trabalhadoras do campo não poderão ficar de braços cruzados à espera de medidas que já são inadiáveis, devendo organizar as suas forças e lutar concretamente contra o monopólio da terra, negando-se a pagar a meia, o fôro ou o arrendamento, não aceitando o pagamento em vales para o barracão, enfrentando com decisão os grileiros e seus capangas e organizando a ocupação dos latifúndios inexplorados.

Aumento de Salário

A inflação e a carestia fazem com que o salário dos trabalhadores e os vencimentos do funcionalismo público percam substância, dia a dia. O salário mínimo em vigor já foi há muito devorado. Os novos vencimentos, ainda não recebidos pelos servidores da União, já perderam 50 por cento, pelo menos, do seu poder de compra.

Que fazer, diante dessa realidade? Simultaneamente com o combate à carestia e a luta pelas reformas de base, exigir com a maior energia novos e maiores salários;

A revisão do salário mínimo é uma necessidade que não pode ser protelada, sob nenhum pretexto.

A revisão dos acordos salariais das diversas categorias profissionais é uma exigência inadiável das massas trabalhadoras.

Lançando-se à luta pela melhoria salarial, os trabalhadores estão não somente defendendo o seu próprio padrão de vida, mas contribuindo decisivamente no combate à inflação e pelas reformas de base.

NOVOS RUMOS